

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

RIBEIRO, Paulo Gomes. *Paulo Gomes Ribeiro (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 56 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e FUNDAÇÃO CSN. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

PAULO GOMES RIBEIRO
(depoimento, 1999)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

sumário: Cinthia Monteiro de Araujo

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 23/02/1999

duração: 2h 55min

fitas cassete: 03

páginas: 56

Entrevista realizada no contexto do projeto "Pioneiros e Construtores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)", na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e a Fundação CSN. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro "CSN um sonho feito de aço e ousadia" (Rio de Janeiro, Fundação CSN & Fundação Getulio Vargas, Iarte), de autoria de Regina da Luz Moreira.

A escolha do entrevistado se justificou pelo fato de ter trabalhado nos escritórios da CSN em Volta Redonda, Rio de Janeiro e Siderópolis (SC), e ter sido responsável pela divisão de seguros da companhia. O texto transcrito foi revisto pelo entrevistado, tendo sofrido alterações que foram incorporadas à versão final.

A parte final da 2ª entrevista foi gravada simultaneamente em vídeo.

temas: Companhia Siderúrgica Nacional, Indústria Siderúrgica, Paulo Gomes Ribeiro, Seguros, Volta Redonda

Sumário

Entrevista: 23/02/1999

Origens familiares; a ida para Volta Redonda em 1942: a indicação para trabalhar na CSN, a prova de admissão, a apresentação no escritório em Volta Redonda; comentários sobre a impossibilidade do entrevistado seguir a carreira militar; observações sobre a moradia em Barra Mansa; o trabalho no escritório em Volta Redonda (1942-1944): o salário, o trabalho como mecânico; comentários sobre a viagem entre Volta Redonda e Rio de Janeiro; a transferência para o escritório no Rio de Janeiro em 1944: o acordo com Herman Júnior, o relacionamento com os outros mecânicos do escritório, o salário; o cotidiano em Volta Redonda: o local onde fazia as refeições, as instalações do alojamento da companhia, as brincadeiras com os colegas de alojamento, a saudade da família, as festas em Resende; referência ao capitão Edgar Magalhães da Silva; opinião do entrevistado sobre os privilégios dados aos engenheiros pela companhia; discussão sobre o sistema de policiamento da companhia; breves comentários sobre a presença feminina em Volta Redonda; observações sobre o serviço médico prestado pela companhia; rápida referência ao papel dos brasileiros na construção da CSN; comentários sobre o controle contra ações políticas em Volta Redonda; referência a formação acadêmica do entrevistado; lembranças do relacionamento com o pai; comentários sobre o trabalho no escritório do Rio de Janeiro; o convite para trabalhar no escritório de Nova York; no escritório de Siderópolis (1951-1953): o pedido de transferência, o alojamento e o transporte na cidade, explicações sobre a organização do trabalho, longos comentários sobre as condições de trabalho e de vida dos mineiros, as inovações implementadas pelo entrevistado no funcionamento do escritório, relato do desentendimento do entrevistado com o engenheiro Balcini, o casamento e o nascimento do primeiro filho, o lazer; contador inspetor (1953-1955); comentários sobre o controle do desempenho dos funcionários; discussão sobre a distribuição da participação no lucros; a atuação no setor de seguros da companhia: a pressão para assumir a chefia da divisão de seguros, os diferentes cargos ocupados; como assessor técnico na comissão de sindicância na corretora Equitativa durante o governo Jânio Quadros: a indicação do entrevistado, opinião do entrevistado sobre o objetivo da sindicância, as irregularidades encontradas pelo entrevistado; críticas a decisões da diretoria relativas a política de seguros da companhia; o depoimento do entrevistado no Inquérito Policial Militar instalado na CSN; o afastamento do entrevistado da CSN em 1965: o depoimento no inquérito administrativo interno, a ação trabalhista contra o entrevistado, a tentativa de acordo por parte da companhia, a depressão do entrevistado, a reintegração na companhia, acordo para ser demitido; a empresa de seguros fundada pelo entrevistado: a sociedade com Manuel Fialho Londres e Gustavo Magalhães, o sucesso nos negócios, a sociedade com Horácio Klabin; comentários sobre a família; considerações sobre a importância da CSN para a vida do entrevistado; opinião do entrevistado sobre a interferência dos militares na companhia; comentários sobre a privatização da CSN; aspectos peculiares da área de seguros da companhia: a negociação de taxas no exterior, o pioneirismo em seguro ao primeiro risco absoluto, a tarifação especial, exemplos de detalhes técnicos importantes na área de seguros.

Entrevista: 23/02/1999

V.A. – Dr. Paulo, nós gostaríamos, primeiro, de perguntar ao senhor se seu nome completo é Paulo Gomes Ribeiro.

P.R. – É isso mesmo.

V.A. – O senhor nasceu onde?

P.R. – No Rio de Janeiro, Distrito Federal naquela ocasião.

V.A. – Em que dia, se a gente pode perguntar? [riso]

P.R. – Eu vou dar minha data de nascimento, mas vocês vão ter que confirmar que não pareço ter a idade que tenho. [risos] Se disser que pareço, eu vou brigar com vocês e não dou entrevista nenhuma! Eu nasci no dia 14 de março de 1923; vou fazer, daqui a alguns dias, 76 anos.

I.F. – Parabéns, está uma beleza mesmo.

P.R. – Não pareço? Então estamos de bem.

V.A. – E seus pais eram daqui?

P.R. – Meu pai era português e minha mãe, brasileira.

V.A. – E ele veio para cá, o senhor sabe dizer o momento?

P.R. – Há muitos anos, eu não sei. Meu pai foi um artista de grande importância no mercado artístico. Ele foi escultor, entalhador e desenhista. Meu pai construiu toda a sacristia da Candelária, jacarandá d. João V...

I.F. – Que é uma preciosidade!

P.R. – Que é uma beleza. Os bancos da igreja da Candelária, que são d. João V jacarandá e couro lavrado, foram feitos por meu pai. Eu, quando era criança, me lembro que o ajudava a gravar o couro porque, para gravar, molha, estica, e tem umas ferramentas verticais em que se bate em cima e tem o desenho embaixo — isso faz aquilo marcar. Aqueles bancos foram todos feitos por meu pai. Várias obras do mosteiro de São Bento, de reconstrução, de reparo do altar, foram feitas por meu pai também. Da igreja de São Francisco de Paula... Jóias do Rio de Janeiro. E meu pai era cognominado Mestre Valentim. Não era o Mestre Valentim, o chamavam de Mestre Valentim por causa da importância dele na parte artística.

V.A. – Como era o nome dele?

P.R. – Antônio Gomes Ribeiro.

V.A. - E sua mãe, como chamava?

P.R. – Maria da Glória Leão Ribeiro. Minha mãe era da família Marques Leão — tem o largo dos Leões em homenagem a ela, tem a rua Marques Leão. Meu tio-avô, irmão de meu avô, foi ministro da Marinha e tem até uma área da Marinha com o nome dele, Marques Leão.¹

Eu sou enfiteuta de Botafogo, sou herdeiro desde a praia até o largo dos Leões, da rua São Clemente até a rua Mena Barreto, desde aqui até o largo dos Leões. O cemitério de São João Batista foi doação da minha família. E a igreja de São João Batista, ali na Voluntários da Pátria, também foi doação da minha família por parte de minha mãe. De maneira que eu tenho um inventário que não está encerrado há cem anos, tem uma discussão na Justiça para receber o foro. Certamente isso vai ser para os meus tataranetos.

I.F. – Verena, daqui a pouco você vai estar pagando foro a eles. [risos]

V.A. – Mas eu moro depois. Eu moro no Humaitá, na Macedo Sobrinho.

P.R. – Não, é até o largo dos Leões.

V.A. – Senão, já estaria pagando o dízimo ao senhor. [risos]

P.R. – Mas como meu pai fazia muitas obras de arte, móveis artísticos... Eu até herdei alguma coisa: desenho móveis, tenho facilidade para desenhar, e conheço, sei identificar uma obra Luís XV, uma obra Luís XV *bombé*, João V, Renascença, eu sei identificar. Mas como meu pai fez várias obras para o palácio do Catete também, inclusive fez uma exposição em Portugal de móveis feitos no Brasil, ele tinha um grande relacionamento com a Presidência da República. E ele era muito amigo do general Francisco José Pinto, que foi chefe da Casa Militar do Getúlio Vargas. Meu pai uma vez me disse assim: “Você vai falar com o general José Pinto que ele vai arrumar o emprego que você quiser.” Aí eu fui no palácio do Catete, em um anexo do palácio, ali tem uma entradinha pequena, eu subi uma escada, e ali residia o chefe da Casa Militar, que era o general Francisco José Pinto. Ele me perguntou: “Você quer trabalhar onde? Tem o Banco do Brasil, tem a Siderúrgica...” “Eu gostaria de ir para a Companhia Siderúrgica Nacional.”

V.A. – Isso foi em que ano?

P.R. – Isso foi em... 1942!

I.F. – Já estava começando a obra.

P.R. – Já estava começando, eu tinha conhecimento da Siderúrgica. Aí ele escreveu uma carta para o dr. Guilherme Guinle, que era o presidente da companhia, e disse assim: “Meu filho, você não entregue essa carta a ninguém, só pessoalmente ao dr. Guilherme!” Isso, o general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar do Getúlio Vargas. Aí eu fui na rua Nilo Peçanha — o escritório era na Nilo Peçanha esquina de Graça Aranha, tinha um andar ali que era a Siderúrgica — cheguei na portaria e disse: “Eu queria falar com o dr. Guilherme.” “Qual é o assunto?” “É uma carta que eu trago do palácio do Catete.” “O senhor pode me entregar?” “Não, não. Eu tenho ordem do palácio do Catete para só entregar pessoalmente.” Aí me mandaram entrar.

¹ Vice-almirante Joaquim Marques Batista Leão foi ministro da Marinha no governo Hermes da Fonseca.

Cheguei lá e encontrei dr. Guilherme em uma sala: cavalheiro de *plastron* com colarinho de ponta quebrada, um *gentleman*, elegante, sentado à mesa. Leu a carta e dali para a frente passou a me chamar de Ribeirinho. “Seu Ribeirinho, eu vou chamar aqui o dr. Herman Júnior” — Frederico Herman Júnior, era o contador geral da companhia. Esse homem, falecido há muitos anos, era a maior autoridade em assuntos contábeis na ocasião. Engraçado, ele — eu fiquei sabendo — ganhava dez mil, não sei se era cruzeiros naquela ocasião, e o dr. Guilherme ganhava cinco mil. Ele ganhava mais do que o dr. Guilherme! Bem, chamou o professor Herman Júnior, como nós o chamávamos. “Professor Herman, esse aqui é o Paulo Gomes Ribeiro, o Ribeirinho, que veio com uma carta do palácio do Catete, da Casa Militar, do general Francisco José Pinto, pedindo um emprego para ele.” O seu Herman Júnior virou-se e disse assim: “Dr. Guilherme, somente em Volta Redonda.” Aí o dr. Guilherme perguntou: “Você aceita ir para Volta Redonda?” “Eu aceito.” “Mas dr. Guilherme, tem mais uma coisa: ele tem que fazer uma prova para saber...” Quer dizer, o negócio era dureza.

Aí eu fui submetido, naquele dia ou no dia seguinte, não me recordo, a uma prova de geografia, de português, de matemática e datilografia. A de datilografia, deve ter sido horrível, a prova. O resto foi razoável porque eu estudei no Santo Inácio, em Botafogo — estudei muitos anos lá, meus filhos estudaram no Santo Inácio, meus netos também, no Santo Inácio. Então, como eu fui do Santo Inácio, tinha uma boa base em português, matemática. Mas datilografia, não. Eu acho que minha prova de datilografia não deve ter sido satisfatória. Mas daí para a frente eu passei a só treinar datilografia, que eu queria...

Bom, aí o professor Frederico Herman Júnior disse: “A prova dele foi satisfatória e ele pode ir para Volta Redonda.” E aí combinou comigo, em um determinado dia da semana, não sei quando foi, acho que foi 27 de janeiro de 42, e eu fui junto com ele, professor Herman Júnior, para Volta Redonda. Eu não esqueço esse nome porque tinha profunda admiração por ele, por um motivo que mais adiante nós vamos conhecer. Fui junto com ele, de trem, levava-se três horas de trem para chegar em Volta Redonda, era maria-fumaça, a gente usava guarda-pó.

Descemos em Volta Redonda e fomos para o escritório da companhia, que era um escritório de madeira, todo de madeira, relativamente pequeno. Depois ele foi aumentado. Aí me apresentou aos senhores Isidoro Guido Pomaro e Francisco de Benedites dizendo assim: “Esse aqui é o sr. Paulo Gomes Ribeiro, ele vai trabalhar aqui na contabilidade.” Eles eram subordinados ao Herman Júnior, que era o contador geral, e eles eram os contadores de Volta Redonda. O sistema de contabilidade, naquela ocasião, não estava muito bem definido, porque a companhia estava no início ainda da construção. Me apresentou a esses dois e daí para a frente me deram uma mesa, eu sentei e nem sabia o que ia fazer.

I.F. – Eu estava aqui fazendo minhas contas e o senhor tinha 19 anos nessa ocasião.

P.R. – Eu ia fazer 19 anos em março.

I.F. – Tinha terminado o Santo Inácio. O senhor não quis mais estudar? Por que o senhor foi trabalhar? Não quis fazer faculdade?

P.R. – Fiz mais tarde.

I.F. – Mas e na ocasião?

P.R. – Não. Não tinha faculdade com essa idade ainda. Vou lhe contar por quê. Eu era apaixonado pela Marinha. Naquela ocasião, a realização de um homem era fazer a Escola Naval. Eu me preparei, passei um ano fazendo o Curso Barata, ali no largo de São Francisco, tinha uma rua ali, acho que a rua do teatro. Tinha o Curso Barata que preparava o pessoal para a Escola Naval.

I.F. – E era um exame muito puxado?

P.R. – Era um exame puxadíssimo. E eu fiz o curso durante um ano. Um dia, estava lá sentado, na sala de aula, na última cadeira, eu olhei para o professor, fechei um olho, e com o olho esquerdo eu não enxergava direito o professor, com o direito eu enxergava como se estivesse com os dois abertos. Conte isso para o meu pai. Como eu morava no Leme, no edifício Iramaia, um edifício que tinha muita gente da Marinha — meu pai tinha dois apartamentos ali, um virado para a avenida Atlântica e outro virado para a Gustavo Sampaio — ele procurou um almirante qualquer daqueles que morava no edifício e eu fui levado a um almirante de saúde da Marinha. E fizeram comigo um exame para ver se eu passaria no exame de saúde, no exame de vista. E eu fiquei decepcionado, porque eu tinha 1/6 de visão na vista esquerda e 2/3 na vista direita. Eu não sabia que não enxergava porque nunca testei isso. Então — eu ia dizer o nome dele mas esqueci, daqui a pouco eu vou dizer o nome desse almirante — ele disse: “Olha, seu filho não adianta nem fazer exame para a Marinha porque ele vai ser reprovado no exame de saúde. Ele pode passar, mas não vai passar no... Vai perder tempo com isso.” E meu pai disse assim: “Mas não tem um jeito?” “Tem um jeito: ele vai ter que decorar 50 quadros com mais ou menos duzentas letras em cada quadro. Se ele decorar esses 50 quadros, nós o queremos na Marinha.” Não havia condição de decorar 50 quadros com duzentas letras em cada quadro. Com o olho esquerdo eu não enxergava nem a primeira letra. Depois me deu uma caixa com fitas de crochê com várias cores para escolher e eu andei confundindo algumas cores, verde com vermelho, com azul, com verde.

I.F. – É daltônico também?

P.R. – Eu tinha alguma... Não era propriamente daltônico. Eu fiz algumas confusões, o que não interessavam também à Marinha. E meu pai disse: “E aí, Paulo?” “E o Exército?” Fomos tentar o Exército e o Exército aceitava 2/3 de visão nas duas vistas, mas eu tinha 1/6! Então, eu seria reprovado também no Exército. Isso me causou uma decepção. E eu não fui bom aluno também. Engraçado, eu fui bom aluno em matemática, sabe disso? Não era bom aluno em português, não era bom aluno em geografia, não era bom aluno em nada. Eu era bom aluno em matemática. Até hoje, eu tenho uma memória matemática muito boa. Então isso me deu uma decepção e eu quis trabalhar. Meu pai então quis me arranjar um bom emprego, e esse da Siderúrgica... era uma empresa que estava se formando naquela ocasião.

V.A. – Isso que eu ia perguntar: por que a CSN? Por que o senhor quis trabalhar na CSN?

P.R. – Porque era uma empresa que estava se formando naquela ocasião. Tinha três empregos bons: Siderúrgica, Banco do Brasil e não sei se era Petrobrás...

I.F. – Petrobrás ainda não!

P.R. – Acho que era a Caixa Econômica. O fato é que escolhi a Siderúrgica Nacional.

V.A. – E o senhor acompanhou o debate em torno da Siderúrgica que estava se formando?

P.R. – Não, não acompanhei. Nem sabia.

V.A. – A grande siderúrgica, o projeto...

P.R. – Eu via essas notícias, mas não acompanhei esses projetos, não.

I.F. – Então, o senhor foi para lá, sentou na mesa e nem sabia o que fazer?

P.R. – Vou contar uma coisa: eu era tão desarmado com o trabalho que fui de auxiliar de escritório a superintendente da companhia. Eu galguei todos os postos na companhia. Eu entrei em Volta Redonda de costas, entrei querendo sair, vir para o Rio. Eu já entrei com a intenção de não ficar lá, entrei com a intenção de voltar para o Rio de Janeiro! Mas fiquei lá dois anos e dois meses, de janeiro de 42 a março de 44. Foi uma *luta* a minha transferência para o Rio de Janeiro, que eu posso contar nessa história.

V.A. – Mas antes vamos ver como o senhor encontrou a cidade.

P.R. – Terraplanagem, era terraplanagem! Não tinha nada! Era só máquinas trabalhando, movimentação de terra. Era terraplanagem em Volta Redonda inteira! Tanto que eu não tinha onde morar em Volta Redonda, fui morar em Barra Mansa, no Hotel Careca. Chamava-se Hotel Careca, na rua Francisco... como era? Leite? Era a rua mais importante de Barra Mansa e tinha um hotel chamado Hotel Careca, o melhor que tinha lá, hotel antigo.

V.A. – E como o senhor ia para Barra Mansa?

P.R. – Um ônibus levava a gente para Barra Mansa, ia e voltava.

V.A. – Um ônibus da companhia?

P.R. – É, e que a gente entrava até pela janela para pegar lugar.

V.A. – Ficava muito cheio?

P.R. – Ficava muito cheio o ônibus, no final do expediente. Outra coisa: a gente trabalhava em Volta Redonda em um regime de grande atividade. A gente trabalhava extraordinário e não ganhava extraordinário, não. Não tinha esse negócio de leis trabalhistas, de ganhar extraordinário, não tinha nada não; a gente trabalhava de sete da manhã às dez da noite e era isso mesmo. Eu entrei ganhando seiscentos — podia até trazer minha carteira profissional.

V.A. – Depois até a gente gostaria de tirar umas cópias da carteira.

R.A. – Eu entrei ganhando seiscentos mil-réis. E estive conversando com um amigo meu, o Bessa, que foi do IRB, e ele disse que esse era um ótimo salário naquela ocasião. Depois eu fui para o Rio, fui para oitocentos. Eu sei que quando cheguei no Rio, pouco tempo depois, fui para 1.200 por mês. Quando eu fui para Volta Redonda trabalhar na contabilidade, não me recordo que serviço eu fazia, mas logo depois a contabilidade ia ser mecanizada. Tinha aquelas máquinas Remington que escrituravam o diário e o razão — uma máquina elétrica com somadores verticais, inclusive somadores invisíveis e somadores de saldo automático. Era um negócio... era o computador de última geração naquela ocasião. Então, seu Herman avisou o Benedites, que me chamou e disse assim: “O senhor vai ser o mecanógrafo.” Isso era uma promoção, o mecanógrafo era importante e eu fui mecanógrafo em Volta Redonda. Eu fazia o diário e o razão na máquina elétrica com somadores automáticos verticais e horizontais.

I.F. – Não entendi: diário e razão?

P.R. – O diário e o razão são livros oficiais de contabilidade. Quer que eu explique como é isso?

I.F. – De toda a empresa?

P.R. – Não, diário e razão de Volta Redonda. A contabilidade central era feita aqui no Rio de Janeiro. Lá era contabilidade seccional.

I.F. – Sei, da CSN em Volta Redonda.

P.R. – Em Volta Redonda. E eu trabalhava na máquina e não fazia nem o diário e o razão. Eu fazia conta corrente, o livro de conta corrente. Eu comecei a treinar muito e era desembaraçado no mecanógrafo. Normalmente, o mecanógrafo faz quatro ou cinco folhas desse tamanho por dia; eu fazia dez por dia. Então, comecei a me sobressair. E sempre querendo vir para o Rio de Janeiro. Quando chegava o fim de semana, eu ia para Barra Mansa para pegar o ônibus no sábado. A gente trabalhava sábado até meio-dia, pegava o ônibus em Barra Mansa, levava cinco horas de viagem até o Rio de Janeiro.

V.A. – Por que o senhor não vinha de trem?

P.R. – Era melhor vir de ônibus naquela ocasião. Eu voltava de trem no domingo à noite, da seguinte maneira: não pagava passagem. Eu entrava no trem, todos nós de Volta Redonda entrávamos no trem e, numa estação que tinha fiscal, a gente saltava de um vagão para outro. [riso] Eu ia viajando até Volta Redonda sem pagar passagem, saltando de um vagão para o outro. Tinha o itinerante, era o chamado itinerante: um fiscal que entrava no meio das estações para fiscalizar. Se pegasse, era uma multa danada, prendia o sujeito. Então, o itinerante ia entrar em Paulo de Frontin; chegava em Paulo de Frontin; a gente descia na estação. “Qual o vagão em que ele está?” “Está no vagão tal.” E a gente passava para um vagão diferente. Ia assim, embrulhando. Mas eu ia de ônibus porque chegava mais cedo e não tinha horário de trem também a essa hora.

V.A. – E o senhor chegava aqui a que horas, no sábado?

P.R. – Chegava aqui às seis, sete horas da noite. Eu morava no Leme, ia para lá, passava o sábado e o domingo; no domingo voltava de trem, no trem de nove da noite, acho que

era nove da noite, e chegava lá às onze e pouco da noite. Era uma farra esse negócio de vir para cá. E quando chegava, eu procurava sempre... Dizia: “Pai, eu quero voltar.” “Mas como vai ser isso?” Bom, eu consegui a simpatia do Herman Júnior e um dia fui à casa dele. Ele morava no Arpoador, na rua Francisco Bhering, aquela rua final ali da praia. Fui lá, ele simpatizou comigo, inclusive eu tinha o cartaz de ter vindo do palácio do Catete. “Sr. Herman Júnior, eu quero vir para o Rio de Janeiro.” “Como você vai no mecanógrafo?” “Estou indo bem.” “Quantas folhas você faz?” “Eu faço dez folhas.” “Faz dez folhas!?” “Faço.” “Olha aqui, faz o seguinte. Quando você tem direito a férias?” — olha só, essa é uma história meio perigosa de contar. Teria direito a férias, por exemplo, em março. “Você tira férias, vem para o Rio e se apresenta aqui nas férias.” Eu tentei transferência com o general Macedo, em Volta Redonda, e ele não deixou eu me transferir para o Rio. “O general Macedo não deixa você se transferir, mas faça o seguinte: venha para o Rio” — Herman Júnior era muito independente — “e, de férias, se apresente aqui.”

Eu vim para o Rio, me apresentei no escritório e ele me levou ao dr. Oscar Weinschenk, um dos diretores da companhia. “Dr. Oscar” — ele, Herman Júnior — “eu preciso do Paulo Ribeiro aqui no Rio, no mecanógrafo. Eu tenho dificuldade aqui no mecanógrafo e ele lá em Volta Redonda não tem dificuldade; eu o quero aqui.” “Então você o transfere para cá.” Eu estava de férias, hein?! “Então, Paulo, quando terminarem suas férias você se apresenta aqui.” “E Volta Redonda?” “Deixa que eu quebro o galho com o general Macedo.” — coronel Macedo, nessa ocasião. O apelido dele era coronel Peitão, [risos] o coronel Macedo. Já faleceu, que Deus o tenha em sua santa paz. Era um homem com algumas deficiências mas um engenheiro de importância para a construção da usina.

Bem, aí, contra a vontade do coronel Macedo, por ordem do Oscar Weinschenk e do professor Herman Júnior, eu vim ser mecanógrafo no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro tinha três ou quatro mecanógrafos. Tinha um que estava saindo e eu fui para o lugar dele. Os outros dois ficaram sabendo que eu fazia dez folhas e me pressionaram: “Olha aqui, você não tem que fazer dez folhas aqui, não. Aqui nós fazemos cinco, seis folhas só! Você não vai fazer isso, não, senão nós vamos brigar.” “Não, meu velho, eu vou fazer o que tenho que fazer.” E paaaaa... — eu fazia dez folhas por dia e eles tiveram que fazer também. Foi um sucesso a minha ida para o Rio. Seu Herman Júnior ficou felicíssimo porque a produção de diário e razão, dez folhas cada um, foi um sucesso. Ficaram danados da vida comigo.

Aí eu fiquei no Rio de Janeiro. E na companhia, naquela ocasião, aumento era por merecimento. Uma vez ele me chamou: “Paulo, eu vou passar o senhor para oitocentos.” Não, quando eu vim para o Rio já passou para oitocentos. Pouco tempo depois, ele me chamou e passou para mil, para 1.200. Eu sei que, no fim do ano de 44, eu estava ganhando 1.200 não sei que moeda era, acho que era cruzeiro. E aí, vim para o Rio e aqui fiquei.

V.A. – Então vamos voltar para Volta Redonda. O senhor disse que se divertia no trem, essas coisas. Como era a diversão das pessoas?

P.R. – Deixa eu contar uma coisa a vocês. A companhia dava café da manhã...

V.A. – Mas o senhor comia no hotel, primeiro.

P.R. – Não, para Barra Mansa eu só ia para dormir. Eu comia na pensão do Carrara, em Volta Redonda velha, em que eu tinha um trabalho tremendo para segurar o garfo com a

mão direita e, com a esquerda, tirar as moscas. [risos] Era comer assim, com a mão esquerda abanando para tirar as moscas. E a comida do Carrara era boa, eu tinha um apetite tremendo. Comia! De manhã cedo eu tomava três xícaras de café com leite, comia cinco pães e ainda comia um prato fundo de coalhada, que a companhia dava. Uma coisa tremenda!

I.F. – E onde era dado isso?

P.R. – Isso era dado num refeitório em frente ao escritório de Volta Redonda, o escritório de madeira. Tinha um refeitório ali na frente em que a gente almoçava e tomava o café da manhã, e também jantava.

V.A. – E lá era a pensão do Carrara?

P.R. – Não, eu almoçava na pensão do Carrara, não era nesse refeitório, não. Eu me confundi agora. Depois, mais tarde é que... Eu almoçava na pensão do Carrara, em Volta Redonda velha. Não sei se já falaram a vocês dessa pensão do Carrara. Bom, era onde eu comia. E fiz um bocado de amizade em Volta Redonda. Pouco tempo depois, a companhia construiu alojamentos de madeira. Esses alojamentos de madeira foram construídos perto da central de cimento, que fazia concreto, e eram alojamentos muito bons. Não sei se eram 20 ou dez quartos, com quatro camas em cada quarto, camas patente na ocasião, tinha um banheiro coletivo com vários boxes para banho, várias privadas, muito bem instalado aquilo. E eu fui um dos que ocupou primeiro o alojamento de madeira, com quatro camas em cada quarto. Eu era uma pessoa que tinha um destaque porque era muito divertido e tinha uma dificuldade tremenda para acordar. Todos acordavam cedo lá, chegavam na minha cama e não me acordavam, não, eles tiravam o colchão da minha cama, *uapt*: eu saía caindo no chão. Era assim que me acordavam, meus companheiros da companhia. Aí entrava no banho, um gelo tremendo, um frio no inverno.

V.A. – Não tinha água quente? [risos]

P.R. – Não, não tinha água quente, era banho frio. [risos] Mas tinha brincadeiras tremendas que a gente fazia lá. Tinha o Araújo, o Gondim e o Farache. O Gondim me chamava de Paulonovic Ribeiro Novosk. Aí eu o chamava de Armandonovic Gondin Gonovisk. [risos] E tinha o Farache, também que era um massa. Eu era meio magrinho mas ficava sempre do lado dos fortes. Então, nós fazíamos brincadeiras, que eu não posso nem contar a vocês, com os outros colegas. Gilete para raspar a cabeça... [riso]

V.A. – No alojamento?

P.R. – No alojamento. Uma vez eles quiseram fazer uma brincadeira comigo que eu não vou contar qual era. Me levaram para o banheiro... Eu vou usar uma expressão um pouco vulgar: “Quando um brasileiro mijar, todos os brasileiros mijam.” Aí, fomos todos para o banheiro e eu fui também. Cheguei no banheiro, eu disse: “Ué, a brincadeira é comigo.” Isso eram dez da noite e quiseram me dar um banho — inverno, frio. Tinha uma porta para entrar no chuveiro, eles me levantaram do chão, eu meti o pé na porta, me jogaram até eu cair no chão; foi uma bandalheira. Bom, o fato é que eu acabei, suado para burro, tendo que entrar no chuveiro. Quando entrei no chuveiro, saía até fumaça, [o entrevistado sopra como quem está com frio] eu levei um choque tremendo.

Saí dali, fui para o meu quarto, tremendo, peguei uma faca que eu tinha e saí correndo atrás de todo mundo! Todo mundo foi para o meio da rua e eu correndo atrás, com uma faca dizendo: “Mato vocês!” Mas isso era tudo farra.

I.F. – E aí não chegavam os cabeças-de-tomate para resolver esse problema, não?

P.R. – [riso] Bem, tinha brincadeiras que eu não posso nem contar aqui. O fato é o seguinte: foi uma época muito gostosa em Volta Redonda, mesmo nesse alojamento de madeira que não durou muito tempo. A companhia construiu, na rua 33, os hotéis de solteiros, e eu fui um dos primeiros, também, a ocupar hotel de solteiro — ocupei o hotel número 65. Era o hotel de pessoal mais escolhido, mais selecionado. Lá eram dois em cada quarto e eu fiquei com o... Um companheiro, como era o nome dele? Morei muitos anos com ele, esqueço o nome.

Vou contar uma coisa curiosa. De noite, sempre às 11, 11 e meia da noite, deitado na cama, querendo dormir, eu ouvia o trem passar. Ele passava apitando: piuiii, piuiii... Aquilo me dava uma tristeza... Eu tinha uma nostalgia, ficava pensando no Rio, meu pai, minhas irmãs... Olha, todas as noites eu passava por essa fase melancólica ouvindo aquele apito...

[FINAL DA FITA 1-A]

V.A. – O senhor estava falando que todas as noites passava o trem...

P.R. – O apito do trem, e eu passava alguns instantes de minha vida ali, pensando no Rio de Janeiro, em meu pai, nas minhas irmãs, e me dava uma saudade tremenda de casa.

V.A. – O senhor tem quantas irmãs?

P.R. – Duas irmãs.

V.A. – E algum irmão?

P.R. – Não, não. Eram duas irmãs. Uma delas faleceu com 65 anos, há cinco anos atrás, de uma forma trágica. Até em Volta Redonda, morava em Volta Redonda. A outra está viva ainda, a minha irmã Virgínia. Eu sou Paulo, Virgínia e a outra era Maria, Maria Joaquina. Meu pai botou na minha irmã mais moça o nome da mãe dele, que era Maria Joaquina. Ela não gostava do nome mas era um nome bonito.

I.F. – O senhor estava falando que se divertia nessas coisas. Agora, fora essas brincadeiras de rapazes, tinha outra diversão lá, ou era só trabalho?

P.R. – Não, tinha o seguinte: quando havia alguma festa em Resende, aí eu desistia de ir ao Rio e ficava lá no fim de semana para ir a Resende, com o Otoni e outros — o Otoni é um dos funcionários muito antigos da companhia que hoje já está afastado e mora nos Estados Unidos. Eu até tenho uma história para contar, depois, que eu estive para ir aos Estados Unidos pela companhia e ele estava lá com a mulher. Tinha uma filha excepcional, acabou ficando lá e eu não pude ir. Mas o Otoni e eu pegávamos o trem, sempre de cargueiro ou o que fosse, não pagávamos passagem, descíamos em Resende, íamos à festa — aquelas festas de Resende, lá tem uma academia... Aí voltávamos de

madrugada, no trem, saltávamos andando em Volta Redonda e íamos a pé até o Hotel 65. Era uma vida que eu até tenho saudades — dessas farras que fazíamos, dessas festas que aconteciam em Barra Mansa e Resende.

I.F. – A academia que o senhor fala é a Academia Militar das Agulhas Negras?

P.R. – Agulhas Negras, é.

I.F. – Mas me disseram também que tinha os tais cabeças-de-tomate, uma guarda muito rígida para não deixar muita bagunça na rua — se a rapaziada ficasse fazendo confusão, eles vinham e botavam tudo em ordem. O senhor se lembra disso?

P.R. – Não, não me lembro disso não. Isso deve ter sido depois de 44; na minha época não teve esse negócio.

V.A. – Tinha um tal de capitão Magalhães que botava ordem em tudo.

P.R. – Ah, esse capitão Magalhães era um camarada que Volta Redonda não poderia ter sido construída se não tivesse esse capitão Magalhães! Olha, ele era um cara espetacular! Duro um bocado! Mas era justo. Mas o filho dele está aqui, participa desse almoço nosso. Eu participo desse almoço dos veteranos da companhia, todo mês, às quartas-feiras, aqui no Ginástico Português e eu sempre vou lá. O filho do Magalhães, que foi funcionário da companhia, costuma ir a esse almoço. É bom vocês falarem com ele. Ele era muito criança naquela ocasião, eu acho que nasceu lá. Mas capitão Magalhães era o administrador de Volta Redonda. Era a parte toda administrativa, de segurança, tudo era com ele. Tem uma história até interessante. Quando construíram o alojamento de madeira, eu era um dos funcionários primeiros da companhia e então tive direito a escolher o quarto. Depois, quando teve o hotel de solteiro, escolhi também. Tive direito, fui dos primeiros. O hotel era novinho e eu entrei. Quando começaram a construir as casas, chegou a vez de ocupar as casas. Eu fui chamado pelo capitão Magalhães. “Paulo Ribeiro, você tem direito a uma casa. Você quer uma casa?” Eu não quis casa porque eu era solteiro.

V.A. – Nós soubemos que casa era só para quem ou era arrimo de família, que trazia a família, ou era para quem estava casando.

P.R. – Não! Escuta, eu fui chamado, o capitão Magalhães me chamou: “Chegou a vez da casa e você, pela ordem, tem direito a casa. Você quer uma casa?” “Não, capitão Magalhães, não quero.” Aliás, talvez até ele tenha me testado. Eu não ia querer, eu era solteiro, ia querer uma casa para quê? Ia morar sozinho lá e então não quis a casa. Mas eu tive direito ao alojamento de madeira, ao hotel na 33 e depois à casa, que eu não quis. Como disse, eu estava de costas, querendo ir para o Rio de Janeiro. Eu não queria casa e nem poderia querer porque era solteiro, não tinha sentido ter uma casa em Volta Redonda. Mas me foi oferecida uma casa.

V.A. – O senhor me disse, pelo telefone, que era o funcionário número 60, não?

P.R. – É que quando eu fui para Volta Redonda... Eu tenho a impressão que nem podia ter sido o empregado número 60 porque a usina estava sendo construída nesse momento. Eu não podia ser o 60º empregado. Mas eu tenho a impressão que eu fui o

60º do escritório. Isso sim, isso pode ter sido. Me foi dito que eu era o funcionário número 60, mas só posso ter sido o funcionário número 60 *do escritório*. Agora, tinha uma coisa: em Volta Redonda, naquela ocasião, os empregados que tinham prestígio e todas as regalias eram os engenheiros. E era justo isso! Eles é que estavam construindo. Tanto o engenheiro mecânico como o engenheiro eletricitista e o engenheiro civil — eles é que estavam construindo a usina, não era isso mesmo?! Então eles tinham toda uma regalia, que eu reconheço que era devida. O resto do pessoal administrativo tinha uma importância relativa, mas tinha importância. A contabilidade era uma parte importante porque tinha que controlar não só despesa e receita como tinha que controlar também alimentação e uma série de coisas que a companhia dava aos empregados. Porque, senão, eles iam comer onde? Dormir onde? Tinha que construir alojamentos, tinha que construir hotéis, tinha que dar refeição. Nesses hotéis, a companhia dava o hotel, a comida, os talheres, roupa de cama, dava *tudo*.

V.A. – A pessoa não pagava hotel, não pagava diária.

P.R. – Eu tenho a impressão que... Se pagava, eu acho que pagava uma quantia bem irrisória.

V.A. – Ia comer inclusive no hotel. Era pensão? Como era?

P.R. – Era uma espécie de república. Então, era eleito um coordenador que controlava empregada, arrumador, comida, aquele negócio todo. Mas tudo era pago pela companhia.

V.A. – O coordenador era um dos hóspedes do hotel?

P.R. – Se elegia um deles.

V.A. – O senhor chegou a ser coordenador?

P.R. – Eu fui depois que estive no Rio. Uma vez eu tive que passar algum tempo em Volta Redonda e me colocaram em um hotel para não ter muita despesa, em vez de ser no Bela Vista. Aí eu fui eleito coordenador. E — olha só — como tinha um coordenador muito antigo, que era sempre reeleito, quando eu fui eleito ele não gostou muito de eu ter sido coordenador. E um dia, na mesa, ele disse assim: “Quem foi que lhe autorizou a tirar...” — não sei se era batata ou o que era, qualquer coisa depois da refeição, não me recordo o quê. Eu disse: “Não, ninguém autorizou. Eu fiz por uma questão de economia.” Aí ele me deu uma esculhambação. Eu dei-lhe outra esculhambação, foi um mal-estar tremendo. Eu morando no hotel provisoriamente, coordenador, e o cara mais velho... Bom, daí para a frente, acabamos sendo amigos. Mas o fato é que, voltando a Volta Redonda, era uma vida em que se trabalhava, por um lado, muito, mas eu tinha um certo orgulho de estar contribuindo para a construção de uma usina como a de Volta Redonda. O que eu poderia dizer mais de Volta Redonda?

I.F. – Muita coisa. Voltando ao nosso capitão Magalhães...

P.R. – Edgar Magalhães da Silva.

I.F. – Eu estava vendo aqui, também, que tinha a famosa delegacia do coronel Luís Fonseca...

P.R. – Não conheço.

I.F. – “...cercada de arame farpado e guardada pelos denominados “cabeças-de-tomate...”²

P.R. – Nunca ouvi falar nisso.

V.A. – Eram os que usavam uns capacetes vermelhos.

I.F. – [lendo] “...apelido dado pelos operários aos guardas que se obrigavam a um trabalho altamente perigoso em razão da clientela da qual cuidavam. O coronel Fonseca mantinha a ‘clientela’ sempre ocupada, movimentando-se durante todo o dia e às vezes carregando pedras de um lado para o outro, para que, ao ficarem cansados, não pudessem criar tumultos internos. Essa foi a forma encontrada naquela época de se fazer a polícia interna da CSN, punindo assim os infratores, quando cometiam alguma espécie de agitação dentro dos limites da usina.”

P.R. – Quem declarou isso?

I.F. – Isso é de um historiador lá de Volta Redonda, Alkindar Costa. Várias pessoas já falaram nesses cabeças-de-tomate.

V.A. – E mesmo o seu Allan Cruz, d. Bergonsil também falou. O senhor chegou a conhecer d. Bergonsil?

P.R. – Não me lembro, não.

V.A. – Nos falaram que tinha uma polícia especial da CSN para botar ordem...

P.R. – A companhia tinha uma polícia, tinha que ter uma polícia. A companhia teve até corpo de bombeiros próprio. Realmente era perigoso lá. Tinha os chamados... candangos, não; como era?

I.F. – Arigós.

P.R. – Arigós.

I.F. – Vinha gente do Brasil inteiro em busca de emprego. Quer dizer, devia ter gente muito educada mas também gente agressiva...

P.R. – É. Tinha assaltos. Mas eu nunca me preocupei com isso porque andava em uma área que não...

² A entrevistadora lê trecho do livro *Volta Redonda ontem e hoje*, de Alkidar Costa (Sociedade Pró-Memória de Volta Redonda, 1991), p. 51.

I.F. – O que eu tenho notado, e o senhor já me deu a entender também, é que tinha camadas: os americanos, os engenheiros, os técnicos... Viviam mais ou menos isolados, esses grupos?

P.R. – Mais ou menos isolados.

I.F. – Não se misturavam?

P.R. – Não. Era o Bela Vista, a piscina do Bela Vista... Teve até uma passagem, um movimento do pessoal... Eu também achava que devia e me dei mal com o movimento. Eu achava que eu devia também ter o direito de usar o Hotel Bela Vista, usar a piscina do Hotel Bela Vista. E foi negado. Só engenheiro e mulher de engenheiro.

I.F. – E os americanos, também, que moravam lá, não?

P.R. – Os americanos.

V.A. – Quer dizer que mesmo o engenheiro não morando no Hotel Bela Vista, ele tinha direito a usar a piscina. E quem não fosse engenheiro não tinha direito.

P.R. – É. Era um privilégio que era dado aos engenheiros e, naquela ocasião, eu tinha uma certa reserva e contrariedade quanto a isso. Mas hoje eu reconheço que aquilo era necessário ter. Esses engenheiros foram sacrificados naquela ocasião. Como eu também fui na parte administrativa. Mas foi bom, para a minha vida foi bom.

I.F. – Entre o grupo como o do senhor, dos técnicos, e os engenheiros tinha essa diferença. E entre os técnicos e o pessoal braçal? Também não se misturavam?

P.R. – Não, não.

I.F. – Eram camadas mesmo isoladas.

P.R. – Essas camadas isoladas até hoje existem em qualquer...

I.F. – O que me chamou a atenção é que isso não foi pelo nome, não foi por dinheiro. A divisão era pelo trabalho, pela função.

P.R. – É. Os que trabalhavam na terraplanagem, tanto os técnicos como os operários, eu nem sei onde moravam. Eu fui morar em Barra Mansa, no Hotel Careca. Durante uns quatro meses eu morei lá. Depois vim para o alojamento de madeira, que era só para o pessoal de nível médio — não era para engenheiro, não. Não sei se engenheiro morava também...

I.F. – E moça tinha muito poucas lá, não?

P.R. – Tinha pouca moça. Mas depois foi criado o holerite e aí foram muitas moças para lá. Elas ficavam num hotel em frente ao 65.

V.A. – Por que...?

I.F. – Era um trabalho de escritório, mais fácil.

P.R. – É, holerite. Aí, era um tal de namorar...

V.A. – Mas a moça não podia trabalhar em mecanografia, não?

P.R. – Tinha o holerite, um departamento de holerite que era uma monstruosidade, enorme, que fazia a folha de pagamento. E aí muitas moças foram para lá. Uma delas, a Maria Antonieta de Sousa Paiva, que mora aqui na rua Edmundo Lins, que foi da minha época em Volta Redonda. Até posso dar o telefone para vocês falarem com ela — está com oitenta e poucos anos. Ela era do holerite. Ela, a Mercedes... E o pessoal lá namorava as moças. Eu andei namorando umas moças lá. Só que eu era... Usava-se a expressão “come-quieto”. Eu não contava para ninguém que namorava A, B ou C. E o pessoal lá tinha mania dizer: “Estou namorando fulana...” E as moças ficavam sabendo que eles falavam. E eu não falava nada. Então elas sabiam que eu não contava para ninguém; aí, eu era paquerado um bocado porque não contava para ninguém. Podia ter o maior namoro comigo que ninguém sabia. Eu dizia: “Não! Fulana? Nem vi.”

I.F. – E elas moravam no tal hotel das moças?

P.R. – Hotel das moças, que era um pouco em frente ao nosso hotel. E quando eu trabalhava extraordinário, que eu voltava tarde para o hotel, uma daquelas moças ficava na janela esperando eu voltar. Adeusinho e tal, tchau... [riso]

V.A. – Dizem também que davam festas no hotel dos rapazes, convidavam as moças...

P.R. – Isso foi mais tarde, eu já não estava lá.

V.A. – E como foi esse movimento que o senhor fez para usar a piscina?

P.R. – Foi um movimento de um grupo de pessoas achando que tinha direito...

V.A. – O senhor então juntou-se com outras pessoas...

P.R. – Aí descobriram que eu era um dos cabeças e fui chamado na sala do coronel Macedo, levei uma carraspana tremenda...

V.A. – Ele, o coronel Macedo?

P.R. – Ele mesmo.

V.A. – Falou o quê, para o senhor?

P.R. – Não quero dizer o que ele falou não, porque foi muito desagradável o que ele disse. Se desligar eu falo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V.A. – A gente estava falando sobre o capitão Magalhães.

P.R. – O general Macedo era um homem *duro*, mas o capitão Magalhães era duro mas muito justo. Ele tinha um defeito na mão, tinha um couro fechando a mão dele, tinha um defeito qualquer na mão, usava uma varinha, tipo comando no Exército. De maneira que eu era admirador do capitão Magalhães. Acho que Volta Redonda não poderia ter sido construída se não tivesse um capitão Magalhães para controlar toda a parte administrativa, de segurança...

V.A. – O senhor falou de alimentação, diversão. E a saúde, como era?

P.R. – A saúde, a companhia não tinha nada. Depois ela construiu um hospital, um hospital de madeira.

V.A. – Mas na época do senhor não havia esse hospital?

P.R. – Não havia esse hospital.

V.A. – E como era quando alguém ficava doente?

P.R. – Tinha médico, mas que atendia numa saleta, um escritório. Mas depois a companhia construiu um hospital dela, de madeira, em que a gente ia fazer consulta, tirar radiografia, essas coisas.

V.A. – O senhor chegou a ver esse hospital?

P.R. – Uma vez eu tive um problema de uma tosse qualquer e fui no hospital, fui atendido por um médico — aliás uma simpatia esse médico, que eu acho que já faleceu. Como era o nome dele? Ficou muitos anos em Volta Redonda, esqueci o nome dele agora.

V.A. – Era Paulo Mendes?

P.R. – Não, o Paulo Mendes era médico, mas era diretor, não era da área de saúde.

I.F. – Dr. Galotti o senhor conheceu?

P.R. – De nome. Mas isso foi depois. Não conheci, não. Como era o nome desse médico? Era uma simpatia, eu gostava muito dele. Era muito meu amigo até. Bem, pode ser que eu me lembre depois. Hélio? Carvalho? Esqueci o nome dele. Eu não tenho boa memória para nomes.

V.A. – E esse hospital atendia todas as pessoas?

P.R. – Todas. Uma vez eu estive lá e um americano estava internado com uma garrafa de uísque no quarto.

I.F. – Bebiam muito, não?

P.R. – Bebiam! Viviam no Bela Vista bebendo. E os nossos, brasileiros, lá na usina, eles é que comandavam tudo, faziam tudo. O americano simplesmente explicava como era e daí para a frente deixava nas mãos deles. A usina de Volta Redonda foi construída sob a

orientação da McKee, mas na verdade foi construída *pelos brasileiros*. De resto, o brasileiro é extremamente competente em tudo que dão para ele fazer, não tenho dúvida nisso. Como eu atuo na área de seguros, participei de congressos internacionais, na área de seguros também não tem ninguém melhor do que o brasileiro em matéria de seguradora e corretor de seguros.

I.F. – Dr. Paulo, agora eu quero saber o seguinte: o senhor foi para lá jovem. Era uma época em que a política era muito discutida no país. Quer dizer, tinha o Getúlio com o autoritarismo aqui, tinha o Brasil já começando um namoro de guerra com os americanos, tinha os integralistas, tinha o Partido Comunista... Como era essa sua geração na política e como era vista a política lá em Volta Redonda?

P.R. – Havia uma grande preocupação da companhia porque aquela era uma empresa de segurança nacional. Então, nós sabíamos que tinha pessoas no meio dos funcionários, no meio dos operários, que eram do serviço de informações do governo.

I.F. – Serviço secreto mesmo?

P.R. – Serviço secreto mesmo. Eu nunca soube... Quer dizer, a gente ouvia dizer que tinha gente do meio para controlar, para evitar aqueles levantes comunistas, aquela coisa toda.

V.A. – Mas o senhor não sabe quem era?

P.R. – Não, nunca soube quem era. Certamente estava sob a orientação do capitão Magalhães. Se existia o que se ouvia falar, era coordenado de maneira muito eficiente e certamente pelo capitão Magalhães. Qualquer tentativa, qualquer movimento que pretendesse politizar lá, comunismo e tal, era abortado, não teria sucesso.

I.F. – Mas os jovens discutiam política?

P.R. – Não, não se discutia.

I.F. – Se aventava a possibilidade do Brasil entrar na guerra?

P.R. – Ah, não, o problema da guerra, naquela ocasião, poxa, todo mundo estava sendo convocado. Eu andei ali na tangente, porque era sorteado. Então, constava que quem estivesse na Siderúrgica não iria para a guerra. Mas dependia de quem era. Se o funcionário não fosse indispensável... Se fosse um engenheiro, por exemplo, certamente não poderia ir, mas eu... Na minha classe de 1923, praticamente chamaram todo mundo menos eu. Eu acho que tive sorte e não fui chamado.

I.F. – Não seria pelo problema do olho também?

P.R. – Para ir para a guerra? Não sei, talvez.

I.F. – A sua ficha médica talvez.

P.R. – Talvez, é. A minha esperança era que, se eu fosse convocado, meu pai conseguisse que a Siderúrgica não me deixasse ir.

I.F. – O senhor estava falando sobre essa questão do capitão Magalhães e o controle da polícia secreta...

P.R. – Se é que existia.

I.F. – O senhor ouviu falar por acaso em um funcionário chamado Fábio Bessa?

P.R. – Não.

I.F. – Porque eu tive uma informação, sem nada seguro, de que ele seria um dos secretas que andavam em vários setores, diretamente ligado ao capitão Magalhães...

P.R. – Ah, não estou dizendo!? Eu não sei, mas se tivesse, certamente era coordenado pelo capitão Magalhães, e eficientemente.

I.F. – Ele trabalhou lá entre 1942 e 45.

P.R. – Então foi na minha época justamente. A gente ouvia falar que existia essa gente, mas não sabia quem era.

I.F. – Isso eu estou dizendo por informações sem nada de fonte segura, mas está coincidindo com o que o senhor diz.

P.R. – É, havia informações de que tinha pessoas no meio dos empregados que eram aqueles que informavam o que estava acontecendo. E se isso existiu — eu acabei de dizer —, certamente seria sob a orientação e coordenação eficiente do capitão Magalhães. Tanto que ninguém sabia quem era. Se isso existiu, eu não sei se existiu. Mas devia existir, sim, porque aquilo lá era muita gente e era um lugar perigoso para um levante.

I.F. – Ainda não tinha o sindicato funcionando lá...

P.R. – Não, não tinha.

I.F. – Mas foi logo depois.

P.R. – Bem depois.

I.F. – Em 45 já começou a ter.

P.R. – Eu não estava lá mais.

I.F. – Mas já devia estar fervilhando: discussões, política, essas coisas assim. Quer dizer, entre os funcionários pouca coisa era discutida?

P.R. – Eu nunca ouvi falar nada de tentativa de um golpe político, ou uma tentativa de organização política lá. Comentava-se que seria possível, mas eu nunca participei disso e nunca chegou a mim nenhuma informação nesse sentido.

V.A. – O senhor disse que, da turma de 1923, todos foram convocados.

P.R. – Eu acho que sim.

V.A. – Dentro da CSN?

P.R. – Não, não. O governo fazia um sorteio e chamava quem nasceu em 1923. Meu nome andou perto! Eu acho que chamaram toda a turma que nasceu em 23, e eu fui o único que não fui sorteado.

V.A. – Mas o senhor não tinha colegas de 23 lá na CSN que foram convocados para a guerra. Teve alguém que o senhor saiba que tenha sido convocado para a guerra e que estava em Volta Redonda, trabalhando na CSN?

P.R. – Não me lembro, não me lembro.

I.F. – Mas aí, o senhor veio para o Rio de Janeiro feliz da vida, conseguiu o seu lugar...

P.R. – Feliz da vida. Na companhia, eu fui auxiliar de escritório, mecanógrafo, aqui no Rio de Janeiro como mecanógrafo também, fui indo... Eu vou fazer um *flash* geral: eu fui chefe de seção, chefe de divisão, fui chefe de departamento, fui chefe de serviço e fui chefe de linha. Chefe de linha era uma organização ao nível de superintendência: acima de mim, só se fosse diretor. E fui também contador seccional. Depois que eu voltei para o Rio, aí eu estudei, fiz o curso superior de contabilidade. Como eu trabalhava na contabilidade... O técnico de contabilidade não tinha nível superior. Para ser cardeal — cardeal era uma expressão que se usava —, era preciso que fosse contador. Então, o coronel Mário Gomes da Silva, que foi diretor tesoureiro — foi depois general —, me chamou uma vez e disse: “Olha aqui, Paulo, se você não tiver o título de contador você não tem sucesso.” Então eu fiz.

V.A. – Onde?

P.R. – Naquela ocasião ainda não era curso superior. Eu fiz na Escola Técnica do Comércio, em Vila Isabel, fiz o curso de contador lá. Quando eu terminei o curso, aquilo foi transformado em curso superior. Então, o meu diploma da Escola Técnica e Comercial é de bacharel em ciências contábeis e atuariais, que foi registrado no Ministério da Educação como curso superior. Tenho a carteira de contador, mas meu diploma diz bacharel em ciências contábeis e atuariais. Meu diploma é cheio de selos atrás — naquela ocasião se botava selo para burro — e de pergaminho. Está todo quebrado. Eu tenho isso guardado com um cuidado danado, se balançar ele é capaz de desaparecer. E está atrás o registro do Ministério da Educação. Uma vez eu até tirei uma certidão escolar porque eu também fiz o terceiro ano de economia da Gama Filho e tive que comprovar que tinha curso superior. Eu tive como provar com uma declaração do Ministério da Educação. Bom, mas então eu fiz o curso de contador e aí fui enquadrado na carreira de contador.

V.A. – Isso foi quando, mais ou menos?

P.R. – Bom, agora...

V.A. – O senhor voltou em março de 44...

P.R. – Aí eu tenho que ver na minha carteira quando foi. Já foi bem mais para adiante disso.

V.A. – E aqui no Rio, o trabalho de contabilidade era diferente de Volta Redonda?

P.R. – Aqui era a contabilidade central.

V.A. – As folhas vinham de Volta Redonda...

P.R. – Vinham de Volta Redonda e eram consolidadas aqui.

I.F. – Aqui devia ter um horário menos rígido, não?

P.R. – Aqui era um horário de nove da manhã às seis, com duas horas para almoço e tal. Era um andar só, poucos funcionários.

I.F. – Embora o senhor tenha tido uma melhora de salário no Rio, aqui também devia ter despesas maiores, pelo menos atrativos maiores para um rapaz.

P.R. – Eu morava com meu pai, no apartamento de meu pai.

I.F. – Mas devia ter programas.

P.R. – Ah, sim.

I.F. – Então, em Volta Redonda devia fazer um pé-de-meia. Aqui também dava para fazer?

P.R. – Não, não dava, não.

I.F. – E lá deu para fazer?

P.R. – Não, não deu, não. Meu pai ainda me ajudava também. Eu era muito gastador, era muito gastador. Eu tinha um pai que eu adorava, que Deus o tenha em sua santa paz, foi um grande amigo que eu tive. Meu pai era um homem culto, falava francês fluentemente e tinha uma preocupação muito grande com a minha vida, com o meu futuro, com a minha vida toda. Tem uma frase que ele me disse que eu guardei para a minha vida toda. Como falava francês muito bem e eu tinha uma dificuldade para acordar tremenda, ele me fez decorar um versinho em francês que dizia assim: “*Coucher à dix, lever à six, fait un homme vivre dix fois dix.*” Isto é: “Deitar às dez e levantar às seis faz um homem viver dez vezes dez.” Me fez decorar essa frase para eu deitar cedo e acordar cedo.

I.F. – Mas não fazia nada disso. [risos]

P.R. – Não. “*Coucher à dix, lever à six, fait un homme vivre dix fois dix.*” — isso ficou na minha cabeça até hoje. Ele dizia para mim o seguinte — também está guardado no mais íntimo do meu ser: “Meu filho, você nunca bajule, mas não negue um elogio

quando sincero e no momento adequado.” Outra: “Não gaste teu dinheiro com bebida e jogo, mas gaste teu dinheiro todo com mulher.” [riso] Fabuloso.

V.A. – Uma filosofia de vida boa.

P.R. – Boa. “Não gaste teu dinheiro com bebida nem jogo, mas gaste teu dinheiro *todo* com mulher. *Torra* teu dinheiro com mulher.”

V.A. – Então não sobrava dinheiro.

P.R. – Não sobrava, eu torrava com as mulheres, ensinado pelo meu pai. [riso]

V.A. – O senhor estava falando da diferença no trabalho aqui no escritório. Era só um andar. Tinha menos funcionários do que em Volta Redonda?

P.R. – Tinha menos funcionários.

V.A. – Quantos, mais ou menos?

P.R. – Aqui devia ter uns 30 funcionários.

V.A. – Mas tinha que dar conta das coisas de Volta Redonda...

P.R. – Aqui tinha um chefe chamado... nós o apelidamos de Toca-toca. Tudo para ele era “toca, toca, toca...”. Esqueço o nome, muito importante ele. E era um chefe dureza. Agora não lembro o nome, era o Toca-toca. Mas tem gente do almoço, se eu levar vocês, que vai lembrar esses detalhes.

V.A. – Mas eu queria saber o seguinte: aqui, para o escritório central, vinham as coisas de Volta Redonda...

P.R. – A contabilidade era consolidada, era feita aqui no Rio.

V.A. – Mas vinha também de Santa Catarina, de Casa de Pedra...?

P.R. – Tudo, tudo: Casa de Pedra, Congonhas, tudo.

V.A. – Toda a contabilidade vinha para cá.

P.R. – E era consolidada aqui.

I.F. – E tinha contato com o escritório que funcionava em Cleveland?

P.R. – Tinha. Também a contabilidade de lá vinha para cá e era consolidada aqui também.

I.F. – Aqui centralizava tudo.

P.R. – Cleveland? Era em Nova York.

I.F. – No comecinho teve em Cleveland e depois ficou um escritório em Nova York.

P.R. – Aliás, no escritório de Nova York a companhia botava o *chief account*, o contador chefe, chefe de contas. E quem estava lá era o Francisco Benedito Otoni — esse que mora nos Estados Unidos hoje. Ele estava lá, ele e a mulher, um filho e uma filha excepcional. A companhia dava quatro anos para o sujeito ficar lá e depois voltava. E assinava um contrato em que não podia deixar a companhia durante quatro anos, para o sujeito não aproveitar a experiência que adquiriu lá e ir para outro emprego. Então eu fui chamado e foi-me dito o seguinte: “Olha, Paulo, quem vai agora para o lugar do Otoni vai ser você.” Aí eu peguei minha mulher, poxa, aprendi inglês, treinando inglês aos montes, estava tudo organizado, a casa que eu ia morar era afastada um pouco de Nova York, New Jersey. Me lembro que a casa custava 250 dólares e a companhia pagava lá 1.200 dólares e ainda dava o salário daqui — o salário daqui era pago a quem se indicasse para receber. Então era um negócio ir para lá. Ganhava o salário integral aqui e ainda ganhava 1.200 dólares lá, ia pagar 250 dólares de casa. Ia viver muito bem lá. Bem, estava para ir e tal, e no final, eu fui chamado. O presidente da companhia era o Macedo Soares e, nesse particular, o Macedo até foi um sujeito correto. Ele ia de vez em quando aos Estados Unidos e tomou conhecimento das dificuldades que o Otoni estava tendo com o tratamento da filha.

[FINAL DA FITA 1-B]

P.R. – Aqui no Rio fui mecanógrafo, depois fui auxiliar de escritório; não me recordo mais qual serviço fazia, deixei de ser mecanógrafo. A companhia tinha setores de mineração de carvão em Siderópolis, beneficiamento de carvão e produção de energia em Tubarão, tinha extração de minério em Casa de Pedra e tinha extração de calcário em Campo Belo, Minas Gerais. Eu fiquei sabendo que o contador seccional de Siderópolis, que era o Clóvis Cursino, pernambucano, já estava no tempo dele e ele ia voltar para o Rio. Aí, eu era solteiro... Nessa ocasião o contador geral já não era o Herman Júnior — ele faleceu pouco tempo depois —, era o professor Iberê Gilson. Esse Iberê Gilson foi presidente do Tribunal de Contas. A companhia só teve, como contadores gerais, homens de alto gabarito. Mas antes do Iberê Gilson teve um outro contador que foi uma decepção para a companhia. Durou pouco tempo, porque chegaram para ele e disseram assim: “Dr. fulano de tal — não vou mencionar o nome dele por uma questão de ética —, estamos na época de preparar o balanço.” “Que balanço o quê! Deixa o balanço para lá.” Poxa, o cara era contador geral! Foi embora, o coronel Macedo dispensou, e aí entrou o Iberê Gilson — esse, sim, de muito valor. E ficou muito meu amigo e disse: “Não, você vai tentar isso lá com o Mário Gomes.”

V.A. – Por que o senhor queria ir para Siderópolis?

P.R. – Eu queria ganhar mais, queria progredir, eu queria ser contador seccional. E aconteceu o seguinte: eu namorei uma moça, que era empregada da Siderúrgica, Lúcia Santos Cruz. O pai dela era um homem importante no cenário carioca, no Rio de Janeiro, era despachante da prefeitura, um homem rico: tinha 53 casas no Jardim Botânico, morava em uma casa na rua Visconde Albuquerque, uma casa enorme que hoje é um edifício enorme. E essa moça, a filha dele, Lúcia Santos Cruz — ele era Celso Santos Cruz —, era funcionária da Siderúrgica. O irmão dela namorava a filha do coronel Mário Gomes, que era diretor tesoureiro. Eu namorei a Lúcia e passei a conviver com a família Santos Cruz e com o irmão dela que namorava a filha do Mário

Gomes. Então eu fiquei íntimo do Mário Gomes. Fiquei noivo dessa moça, foi um noivado, uma festa na casa dele, na Visconde de Albuquerque. Como meu pai ficou paralítico, ele teve um derrame e ficou 15 anos hemiplégico, numa cama, eu levei um tio meu, irmão da minha mãe, à casa do Celso Santos Cruz para pedir a mão da Lúcia em casamento — olha só! Mas antes eu tinha namorado uma moça em Volta Redonda que morava em Valença. Fiquei noivo dela e desmanchei o noivado.

V.A. – Da Lúcia?

P.R. – Não, da de Valença. Aí fiquei noivo da Lúcia Santos Cruz. Depois de um ano e tanto, me arrependi e desmanchei o noivado.

I.F. – Isso naquela época era um horror!

P.R. – Quando eu desmanchei o noivado, o Mário Gomes ficou uma fera comigo. [riso] Ele era o meu diretor e eu disse: estou frito agora, vou ter que sair do Rio de Janeiro. E aí voltei a namorar a minha antiga, a de Valença, e queria casar com ela. O único jeito era ir lá para Siderópolis. Fui ao Mário Gomes e falei: “Mário Gomes” — assim mesmo — “vai ter uma vaga em Siderópolis, de contador seccional, e eu tenho condições para ser o contador seccional de Siderópolis. O senhor permite que eu vá?” Ele olhou para mim, eu era meio desaforado, meio valente, e ele disse: “Você sabe o que é aquilo lá?” “Ouvi dizer.” “Aquilo é uma coisa, um mato, o fim do mundo! Uma mineração de carvão no sul de Santa Catarina.” E eu disse: “E daí? Eu topo ir.” “Você vai. Agora, não pode pedir para voltar antes de dois anos. Não há condição de voltar. Você fica lá, preso; se pedir para voltar antes, eu demito. Aceita?” “Aceito.” “Então pode ir.” Quando eu cheguei lá, eu vi uma coisa horrorosa!

I.F. – Pior que Volta Redonda em 1944?

P.R. – Mas Volta Redonda era um paraíso!

V.A. – Gente, mas como era?

P.R. – Era mineração de carvão. Tinha 2.500 mineiros morando em barracões de madeira! Tinha uma casa de hóspedes, me puseram hospedado lá enquanto preparavam uma casa para mim. Era o fim do mundo! De noite não tinha nem com quem conversar. No inverno, fazia quatro graus abaixo de zero. Eu saía pisando na grama quebrando gelo. Era uma coisa tremenda. Mas eu fiquei lá juntando dinheiro para me casar.

I.F. – E lá morava onde?

P.R. – Nessa casa de hóspedes. Se eu me casasse eles me dariam uma casa. Aí, o Mário Gomes ficou sabendo disso.

I.F. – E lá não tinha o trem de quatro horas para chegar no Rio, era para ficar mesmo.

P.R. – Que nada! Era um avião, aquele Douglas, que levava sete horas de viagem daqui até lá, pousando em tudo quanto era aeroporto, e descia em Araranguá, de onde pegava um carro para ir para lá.

I.F. – Era um Douglas ou hidroavião?

P.R. – Não, era Douglas.

I.F. – DC-3?

P.R. – DC-3. Bem, eu fui para lá e depois eu levei meu pai. A companhia tinha navios que traziam carvão de Imbituba para o porto daqui, e depois ia por locomotivas para Volta Redonda. E esses navios... eu levei meu pai depois de navio para lá, depois que eu me casei.

V.A. – Ele já era paralítico?

P.R. – Era, era hemiplégico. Mas deixa eu contar. Então, eu estava lá, solteiro, não fazia *nada*, não gastava um tostão. Meu ordenado lá era de 7.500 reais. Olha, depois de casado, eu fazia *farras* e mais farras e gastava 2.500 por mês, me sobravam 5.000 por mês. Quando eu voltei, dois anos e dois meses depois, trouxe dinheiro, comprei um carro, comprei o carro do Iberê, comprei mobília de casa...

I.F. – O senhor casou, então, quando estava trabalhando...

P.R. – Quando estava lá.

I.F. – Com a moça de...

P.R. – Com a de Valença, com a Iara, que faleceu agora em maio. Ela teve um problema de saúde, ficou 68 dias no hospital, e eu fiquei viúvo, estou viúvo desde maio.

V.A. – De 98, agora?

P.R. – Agora, em maio.

I.F. – E casado, morou onde?

P.R. – Aí me deram, primeiro, uma casa de madeira muito simples. Depois me deram uma casa de costaneira, de banheiro com louça inglesa, com telefone, com tudo.

I.F. – O que é casa de costaneira?

P.R. – É aquilo que a gente vê na Suíça, aquelas casas com madeira grossa pelo lado de fora. Aquilo se chama costaneira: aquela madeira toda, a casca pelo lado de fora, por dentro lambris de madeira encerada. Bonita, a casa era uma beleza, aquela casa aqui no Rio de Janeiro seria um sucesso. Acontece que eu queria fazer alguma coisa que fosse importante para me destacar na vida como contador seccional. Os balanços da companhia eram fechados 60 dias depois de encerrado o ano. Eu, como contador seccional, criei um sistema... O funcionamento dos setores da companhia era da seguinte maneira: tinha o setor de contabilidade e finanças; tinha o setor de mineração; tinha o setor social, que era manutenção, abastecimento, açougue, padaria, essas coisas todas; tinha a parte mecânica...

V.A. – Tudo lá em Siderópolis?

P.R. – Em Siderópolis. O contador seccional era subordinado, tecnicamente, ao Rio de Janeiro, ao superintendente de contabilidade e finanças e ao diretor tesoureiro. E o resto da mineração era subordinado diretamente ao superintendente de matérias-primas, que era órgão da vice-presidência da companhia. Então eu era subordinado administrativamente ao setor, mas tecnicamente ao Rio. Eu conhecia as normas todas. Se o engenheiro chefe da mineração dissesse “Paga 200 mil réis a fulano por serviços prestados”, eu não dava. A não ser que estivesse no orçamento, tivesse sido aprovado pela diretoria, aquele negócio todo. Então, eu tinha autonomia técnica e subordinação administrativa. Ora, isso criava um certo embaraço porque muitas vezes ele queria uma coisa e eu não concordava. Então, o setor da companhia de mineração e carvão tinha o engenheiro chefe da mineração, tinha o engenheiro chefe da mineração em subsolo, tinha o engenheiro chefe da mineração a céu aberto, tinha o engenheiro chefe da manutenção, tinha a pessoa responsável pela parte administrativa de abastecimento — compra de gado para corte, açougue, padaria, esse negócio todo. Os mineiros tinham uma caderneta que dava o crédito pela extração de carvão e, com base naquelas cadernetas eles podiam sacar no armazém, na padaria, no açougue. Se eles tivessem crédito na caderneta — nós da contabilidade é que fazíamos isso — ele podia ir lá no armazém descontar.

Teve até uma passagem muito interessante, que foi a seguinte. Chegaram na minha sala uns 20 mineiros sujos de carvão: “Dr., nós não temos crédito na caderneta suficiente, mas estamos com fome, nossas famílias estão morrendo de fome e nós queremos comer.” Só podia se tivesse crédito na caderneta. Eu vi aqueles 20 mineiros, poxa, falando com sinceridade e eu disse: “Fulano, dá autorização para sacarem no armazém.” Dei autorização. Aí o engenheiro, chefe da mineração do subsolo de Siderópolis... Era subordinado ao chefe do setor de Santa Catarina, que era sediado em Tubarão, que recebia o carvão extraído em Siderópolis — lá beneficiava o carvão e produzia energia e fornecia para todo o estado de Santa Catarina. Era fornecida pela usina de Capivari, em Tubarão. O engenheiro chefe do setor era o Geraldo Sérgio Oliva da Fonseca, meu compadre, padrinho de meu segundo filho, que faleceu em uma pescaria de mergulho em 1976 com 22 anos de idade — eu perdi um filho com 22 anos de idade em pescaria de mergulho. Ele, Geraldo Fonseca, e a d. Chila, mulher dele já falecida também, eram os padrinhos do meu filho. O Geraldo Fonseca faleceu há quatro meses, com oitenta e tantos anos. Ele simplesmente tinha 12 filhos, era um homem fabuloso. Era meu amigo um bocado, eu gostava...

Bom, esses mineiros, mais ou menos 20, não lembro quantos, todos sujos de carvão, não tinham crédito na caderneta para fazer compras na subsistência e eu autorizei. Aí, o engenheiro daquele departamento, da mineração, me chamou: “Como o senhor faz uma coisa dessas, dá crédito sem ter produção na caderneta e sem a nossa autorização para isso?” “Porque eu achei que o problema era grave, eles estavam ameaçando uma greve e são 2.500 mineiros lá. Eu assumo a responsabilidade pelo que fiz.” Ele comunicou ao superintendente de matérias-primas...

V.A. – Que era o Geraldo?

P.R. – Não, não. Geraldo Fonseca era chefe do setor de mineração e beneficiamento de carvão.

V.A. – Mas não foi o Geraldo que falou com o senhor.

P.R. – Não. Foi outro, o engenheiro Mário Balcine. Aliás, até me desentendi com ele depois. E aí, não sei como foi, eu tive que me justificar no Rio. Então me justifiquei dizendo que ou eu dava o crédito ou estaria contribuindo para um mal-estar muito sério com os 2.500 mineiros que estavam com dificuldades de produção. Aí, o que eu fiz foi aprovado e não houve mais nada depois disso.

I.F. – Então esses mineiros ganhavam muito pouco lá.

P.R. – Ganhavam pouco. Ganhavam por produção e aquilo era mineração de subsolo. Eu entrei no subsolo, fui ver como funcionava o negócio lá no subsolo. A mineração a céu aberto é mais fácil porque tem uma escavadeira, escava a terra, encontra o carvão, mete a britadeira, quebra, tira o carvão e bota no caminhão. Mas isso aí estraga a terra porque revira a terra toda em cima, então é prejudicial à ecologia porque estraga toda a terra, vira toda a terra na superfície para pegar o carvão embaixo. E a mineração de subsolo, não; ela vai lá embaixo, fura e pega o carvão lá no fundo, não afeta a superfície. Bem, eles trabalhavam com carbureto no capacete. Eu fui lá visitar e tinha que andar com uma bengalhinha que na ponta era uma picareta, com aquele capacete com aquele carbureto para iluminar e fui andando até a frente de trabalho. Na frente de trabalho, levanta, é um lugar mais arrebitado, e tem uma máquina que gira uma espécie de uma correia e que fura a parede. Daquilo sai uma poeira preta, tanto que a maioria dos que trabalhavam no subsolo, com 40, 45 anos de idade já estavam inválidos, porque tinham uma doença no pulmão por causa do pó do carvão. Era uma vida triste. Eu vi cenas, por exemplo, do sujeito pegar — eles moravam em casas de madeira que a companhia dava —, quebrar o degrau de madeira para fazer lenha na cozinha.

Uma vez, eu tinha uma caminhonete da companhia para me servir... A companhia também me dava um revólver 45 cano longo, eu tinha um revólver que era um canhão e que eu usava na cintura. O dinheiro da companhia... O banco era em Criciúma e nós estávamos em Siderópolis. De Siderópolis para Criciúma era uma viagem de meia hora em uma estrada horrível. Quando eu ia buscar dinheiro para fazer os pagamentos dos mineiros — pagava em dinheiro — eu ia com uma caminhonete com seguranças me acompanhando, ia com o revólver 45.

Lá em Criciúma uma vez até aconteceu uma coisa curiosa. Eu estava pegando dinheiro e aí olhei uma joalheria e vi um anel e perguntei para a moça: “Quanto custa esse anel?” Custava um salário meu, 7.500. “Eu gostei desse anel” — era um anel com quatro brilhantes, de ouro — “e queria dar para a minha esposa.” “O senhor pode levar.” “Mas o senhor me conhece?” “Eu sei quem o senhor é: é o contador seccional da Siderúrgica. Pode levar e depois o senhor passa aqui e paga.” Levei o anel assim, o cara me conhecia, o joalheiro.

V.A. – Em Criciúma isso?

P.R. – Isso em Criciúma. Eu tenho esse anel até hoje e tenho a nota fiscal da compra desse anel. Bem, isso é uma coisa muito pessoal.

I.F. – Mas o contraste, então, entre o pessoal do seu nível, os técnicos, e os carvoeiros era uma coisa brutal.

P.R. – Ah, era uma distância muito grande. Uma vez, como estava dizendo, eu vinha com o capitão Araújo, que aliás depois foi padrinho do meu filho mais velho, que nasceu em Tubarão, o Gustavo... — até tem uma passagem muito curiosa a respeito do nascimento dele. Eu vinha com ele e ele era o chefe da parte de segurança, de abastecimento. E tinha uma mulher andando na estrada com uma porção de madeira roubada na cabeça. “Pára aí que eu vou prender aquela mulher!” Nós tínhamos uma floresta, que a mineração de subsolo era toda com estacas de eucalipto para escorar. Então nós tínhamos uma floresta para fazer as estacas dentro da mineração, no subsolo. E ela foi lá roubar lenha para levar para casa. “Pára aí que eu vou prender aquela mulher!” Ele era capitão. Eu disse: “Pára nada. Não vai prender ninguém que eu não vou deixar; ela está roubando lenha para cozinhar! Não vou parar o carro. Vai parar para prender uma mulher que está roubando lenha para cozinhar!?” Ele disse: “É, você tem razão.” Eu não deixei ele parar para prender a mulher, deixei a mulher roubar lenha, coitada.

I.F. – Aquela região de Santa Catarina é muito pobre.

P.R. – Muito, muito pobre. Naquela ocasião, então, era muito pobre. Não sei como é hoje. Já Tubarão, não.

V.A. – O senhor disse que ia para Criciúma pegar dinheiro. Quer dizer que os mineiros recebiam também em dinheiro, não era só a caderneta que dava vale para pegar coisas... Eles recebiam pela caderneta e podiam pegar na subsistência. Mas além disso...

P.R. – Eles tinham saldo. A produção deles era paga — podia ser por fornecimento mas em dinheiro também. O cara que não comprasse nada tinha a receber. Muito bem. Ele não ganhava só para comer. Ele tinha aquela caderneta, em que era registrada a produção dele, para poder comprar sem precisar pagar na subsistência.

Bem, a companhia não tinha lá... A contabilidade lá era feita à mão, naqueles livros grandes. E mandaram para lá uma máquina Remington. A preocupação da companhia era que alguém tivesse... Mas eu conhecia aquilo bem. O pessoal da contabilidade dizia: “Vai chegar uma máquina aí...” “Vocês fiquem tranqüilos que eu sei, eu fui mecanógrafo na companhia.” Então eu instalei o sistema Remington mecanizado de contabilidade em Santa Catarina. Mas eu fiz uma reunião com a turma toda do setor, em outubro, fazendo um programa para o encerramento do balanço, para ver se entregava o balanço mais cedo.

V.A. – No setor de contabilidade e finanças?

P.R. – É. Eu criei uma técnica, combinado com a manutenção, com a extração de subsolo e a céu aberto, combinei com todo mundo um sistema para poder fechar o mês. Eu entreguei o balanço no dia 7 de janeiro, em sete dias. Trabalhava a noite toda, os funcionários trabalhando. No dia 7 de janeiro comuniquei ao Rio que estava com o balanço pronto. Mandaram eu viajar, peguei um avião com o balanço embaixo do braço e entreguei. Quando eu entreguei, foi um sucesso isso. O Mário Gomes me chamou, eu recebi até um elogio no boletim e aí todos os setores da companhia tiveram que entregar o balanço no dia 7 de janeiro, inclusive Volta Redonda. Eu gosto de trabalhar até hoje.

I.F. – E põe todo mundo para trabalhar.

P.R. – E ponho todo mundo para trabalhar. Há alguém que diz, na minha vida hoje, o seguinte: “Você é líder e quer ser líder até dentro de casa, quer mandar até dentro de casa.” Mas eu tenho um prazer muito grande em criar. Por isso que eu digo que subi na companhia. Eu estive dois anos... Eu continuaria lá mais algum tempo, mas aconteceu que tive um problema com o engenheiro Balcini. Eu comecei a notar... Eu não tinha meu registro de contador em Santa Catarina. Eu tinha que me registrar no Conselho Regional de Santa Catarina, e isso era em Florianópolis. Então, eu queria encontrar uma oportunidade de ir a Florianópolis para fazer meu registro. E a companhia tinha comprado uma quantidade de café que tinha chegado no porto de Florianópolis e tinha que mandar um caminhão buscar esses sacos de café para nosso abastecimento. Então eu disse ao Balcini: “Já que tem que ir lá liberar essa carga, eu poderia ir e aproveitar para refazer meu registro de contador.” Eu tinha registro no Rio... Não, eu não tinha registro no Rio, tinha que me registrar lá. Tanto que meu registro de contador é número 1.101. Até houve um congresso de contabilidade em Porto Alegre, e Florianópolis me convidou para representar o estado de Santa Catarina. Bom, não importa, isso não tem nada a ver com a Siderúrgica. Aí o engenheiro Balcini disse: “Está bem, você vai de caminhão.” “Não, de caminhão eu não vou. Eu vou de avião e encontro o caminhão lá.” E não quis ir de caminhão. Poxa, uma viagem de caminhão até Florianópolis era muito ruim, naquela estrada muito ruim. Bem, daí para a frente eu comecei a notar uma coisa estranha com a minha mulher: o pessoal se afastava de nós. Pô, uma vida no interior, muito ruim, e ainda ser alijado do grupo de pessoal *top* do setor!

Comecei a desconfiar e um dia pedi uma reunião com todos na casa do capitão Araújo — ele morava sozinho em uma casa no alto. Então reuni o Balcini, o Scafoto, o engenheiro Werner Shut, o engenheiro Philimentzig, que era de mineração de subsolo e mineração de céu aberto, uns cinco ou seis lá. Sentei na mesa, à noite, pedi que todos se reunissem, que eu queria conversar e disse: “Olha, eu pedi a vocês essa reunião na casa do capitão Araújo, que gentilmente me cedeu, para saber o seguinte. Eu queria saber se vocês, cada um de vocês, vou começar por aqui... Fulano, você tem alguma coisa contra mim? Se tiver...” Deixei o Balcini para o fim, eu sabia que era ele. “Não, não tem nada e tal.” O Werner: “Não, não tem nada.” O Philimentzig, o Arro Stan, da parte de manutenção. Arro Stan, Philimentzig e Werner Shut — olha como a turma era! “Bem, e você, Balcini?” Quando eu o chamava de você, ele me tratava de você. Quando ele me tratava de dr. Paulo, eu o tratava de dr. Balcini. Ele ficava danado da vida! Ele queria que eu o tratasse de dr. Balcini, mas só o chamava de dr. Balcini quando ele me chamava de dr. Paulo. Quando ele me chamava de Paulo, eu o chamava de Balcini também e ele ficava danado da vida. “Balcini, você tem alguma coisa?” “Tenho sim. Tenho uma coisa contra você.” Eu disse: “Ótimo, que bom. Assim, vai ser dito na frente de todo mundo e certamente eu vou poder explicar a você o que aconteceu e nós vamos esclarecer. Por que guardar mágoa? O que foi, Balcini?” Olha só o que ele disse: “A minha mulher me disse que a sua mulher disse que se alguém tivesse que viajar a Florianópolis de caminhão, que viajasse a minha mulher.” Eu disse: “A sua mulher disse que a minha mulher disse... disse que me disse? Essa é a queixa que você tem de mim?”

Eu fiquei... Eu era meio empombado. Até hoje sou, mas sou muito controlado hoje. Me levantei, fui até ele: “Você não entende *nada*, não entendo como você pode ser encarregado, ser chefe, você não conhece nada, não sabe administrar. A mulher disse que a mulher e você me faz uma coisa dessas?” Aí: “Deixa disso...” Todo mundo se levantou, que eu ia dar nele, ia dar um sopapo nele. O capitão Araújo me segurou, todo mundo me segurou: “Paulo, calma, calma!” “A minha mulher disse que a sua mulher falou?!” O que é isso? Então, a queixa que ele tem de mim é essa? Tinha que me

chamar... Aí houve aquele mal-estar e no final ficou combinado que seria acalmado aquilo, que eu tinha certa razão, ele também tinha, que a vida lá era uma vida muito de interior e tal. E ficou combinado que aquilo seria apagado e nós íamos viver uma nova vida.

Mas foi muito difícil dali para a frente. Tinha, no escritório da companhia, um cafezinho; no final do expediente todo mundo ia tomar um cafezinho e, quando eu chegava, todo mundo se afastava — entendeu? — porque o Balcini não gostava de mim. Mas eu era muito amigo do Geraldo Fonseca, que era o chefe do setor, a quem o Balcini era subordinado, e o Balcini não gostava do Fonseca. Ele sabia que eu era amigo do Fonseca e criticava o Fonseca comigo. Eu ouvia calado. Um dia eu disse a ele: “Olha, eu vou lhe pedir um favor: eu lhe peço que não faça crítica ao Fonseca na minha presença. Ele é meu amigo! Você pensa que eu vou dizer isso a ele? Eu não digo não! Eu não digo ao Fonseca o que você fala dele, não.” Mas o Fonseca sabia dessas coisas, foi meu amigo até há pouco tempo, morreu, o visitei numa casa em que ele morava na Barra. Mas aí eu tive que sair de Siderópolis. Mas meu filho nasceu lá. Como foi a história. A Iara ficou grávida e ele nasceu em 11 de julho de 1952. Eu saí de lá em 53.

V.A. – O senhor foi para lá quando?

P.R. – Eu fui em 51. Fiquei dois anos, de 51 a 53. E casei em junho de 51; fui para lá no princípio do ano e casei em junho. Em seis meses, eu resolvi minha vida para casar.

V.A. – E o senhor casou onde, em Valença?

P.R. – Me casei em Valença. E o padrinho de casamento meu foi o Iberê Gilson. Bem, levei Iara para lá e Gustavo nasceu. Quando Gustavo nasceu, tinha que ser em Tubarão, num hospital lá. Tinha o dr. Oto, um médico já idoso, todo mundo nascia na mão do dr. Oto. Ele era um fazendeiro riquíssimo e médico. E era muito amigo do pessoal da Siderúrgica. Eu fui para lá, ficamos no hotel de hóspedes em Tubarão. Era uma vila com uma casa de hóspedes aqui, a casa do Fonseca do outro lado, do Mário Santos Melo de outro, todo mundo morava ali naquela vila, no alto, um troço bonito. Aí ela foi para o hospital, a mulher do Mário Santos Melo ajudou, as mulheres dos engenheiros todas ajudaram a Iara, e Gustavo nasceu por cesariana. Demorou tanto que acabou tendo que fazer uma cesariana na Iara e nasceu Gustavo.

[FINAL DA FITA 2-A]

P.R. – Eu estava em Siderópolis e quando ela foi para o hospital eu fui correndo de carro. Gustavo tinha nascido, eu, de carro, afobado, e quando cheguei em Tubarão, dei uma trombada num automóvel. Eu me identifiquei, a pessoa me conhecia, ele era engenheiro da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, eu era contador seccional de Siderópolis. Me identifiquei: “Qualquer coisa...”, “Não tem problema, não”. Bom, coisa curiosa: a Iara não tinha leite e a mulher desse cara amamentou meu filho. E ele...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – O senhor estava falando do nascimento do seu filho Gustavo e que a mulher do...

P.R. – ...amamentou o Gustavo. E esse engenheiro, depois, como a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina funcionava de Siderópolis até... Enfim, ela fazia o transporte de carvão de Siderópolis para Tubarão. Esse engenheiro era uma pessoa importante na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. No dia em que eu tive que voltar, com Iara operada, com um filho pequeno, ele mandou parar toda a linha de trem e botou um carro de linha. Carro de linha é um automóvel com rodas de trem. Então, eu voltei de Tubarão a Siderópolis num carro de linha. Toda a estrada de ferro parou para transportar a mim, minha mulher e meu filho na linha de trem. Aí foi uma viagem suave. Era um automóvel, um Ford, com rodas de trem, na linha de ferro...

V.A. – Maravilha, hein?!

P.R. – Maravilha, pois é. A vida social lá: Tubarão tinha um clube importante, tinha festas de carnaval e tal, eu ia para as festas com Iara direto, nós tomávamos uísque... Eu tinha um vidão: eu ganhava 7.500 gastava 2.500 ainda bebendo uísque... Eu indo para a praia em Camboriú! Enfim, era um vidão. E fiz um cartaz danado com esse negócio de entregar o balanço no dia 7. Quando eu quis voltar... Me disseram dois anos e eu estava com dois anos e dois meses, voltei. Recebi muitos elogios e fui nomeado contador inspetor; era uma espécie de auditor. Aí eu fiquei de 53 a 55 como contador inspetor.

I.F. – Aqui no Rio.

P.R. – Aqui no Rio de Janeiro. Mas eu viajava por toda a companhia para fazer auditoria. E auditoria externa era a Price & Waterhouse que fazia, uma grande firma de auditoria famosa aqui no Rio, a Price. A Price é uma firma de auditoria muito importante. Ela fazia auditoria externa e eu fazia auditoria interna.

V.A. – Só tinha um contador inspetor na companhia inteira?

P.R. – Não, tinha um em Siderópolis, tinha um em Tubarão, depois eu fui para Tubarão também, tinha um em Casa de Pedra e tinha um em Campo Belo.

V.A. - E o senhor fazia a daqui do Rio e a de Volta Redonda?

P.R. – Deixa eu explicar. Hierarquicamente, eu tinha nível de departamento. Mas, no exercício da profissão de auditor, eu tinha nível de superintendente, eu tinha que ser recebido como superintendente — quer dizer, o maior nível da companhia. Então, se eu fosse daqui para Volta Redonda fazer uma auditoria, eu era recebido em Volta Redonda como se fosse superintendente. Se eu fosse a Casa de Pedra, como fui a Lafaiete e Congonhas...

V.A. – A minha pergunta é a seguinte: se o senhor era o único contador inspetor da CSN.

P.R. – Não, tinha dois ou três.

V.A. – Então, esses outros que o senhor falou eram contadores seccionais?

P.R. – Não, não. Contador inspetor tinha uns dois ou três, eu era um deles.

V.A. – Aí tinha que ver todas as contas...

P.R. – Fazer a auditoria em toda a companhia.

V.A. – Não era só Volta Redonda; também Siderópolis, também Casa de Pedra...

P.R. – Tudo, tudo, tudo. Tanto que eu tive, uma vez, que fazer uma auditoria em Lafaiete e Casa de Pedra e fiquei lá dois meses! Dois meses fazendo levantamento de estoque, uma porção de coisa. Nessa ocasião — é até curioso —, quando eu estava lá, o Fonseca, que foi chefe de setor em Santa Catarina, Geraldo Sérgio Oliva da Fonseca, foi nomeado presidente da Companhia. O Fonseca presidente da companhia!

V.A. – Isso foi quando?

P.R. – Deve ter sido... acho que... Presidente ou vice-presidente, acho que foi vice-presidente.

I.F. – Geraldo Sérgio Oliva da Fonseca, foi vice-presidente de 54 a 58.

P.R. – Olha aí.

V.A. – Vice-presidente.

P.R. – Ele era meu compadre. O Geraldo Fonseca era muito meu amigo. Eu telefonei para ele, estava fazendo uma auditoria em Lafaiete, telefonei de um telefone público para ele, “Fonseca, eu sou o Paulo...” “Que bom você me telefonar, quando vier ao Rio venha me visitar. O presidente viajou, eu estou como presidente em exercício...” Um cara simpaticíssimo. Eu fui lá, quando voltei para o Rio, e ele me levou e disse: “Vem cá, Paulo, vem conhecer o banheiro do presidente como é.” O presidente era o general Raulino de Oliveira e ele me mostrou o banheiro do presidente: um banheiro de luxo aqui na Treze de Maio — a companhia já estava na rua Treze de Maio com vários andares. Muito pouco tempo depois acabou aquele da Nilo Peçanha e passou para a Treze de Maio.

V.A. – O banheiro era o de luxo? Como era?

P.R. – Era um banheiro de mármore, todo de luxo.

V.A. – Torneiras douradas? [riso]

P.R. – Ah, isso eu não sei. [risos] Não lembro se eram douradas, acho que não. Mas ele ficou entusiasmado foi com o banheiro. “Paulo, vem conhecer o banheiro do presidente.” Mas o presidente tinha que ter...

Mas eu esqueci de contar uma passagem com o dr. Guilherme muito interessante. Eu vou voltar à época do dr. Guilherme. Houve uma pessoa, que não preciso mencionar o nome, que entendia que eu devia um dinheiro a ele. Entendia isso: que eu devia um dinheiro a ele. E fez uma carta para o presidente da companhia reclamando que eu não pagava aquela conta e tal.

V.A. – A pessoa era da companhia?

P.R. – Não, uma pessoa de fora da companhia. Aí, o doutor Guilherme me chamou. “Ribeirinho, eu recebi essa carta...”

V.A. – Em que ano? Quando foi isso, o senhor lembra? Quando o senhor estava em Volta Redonda?

P.R. – Não, quando eu estava no Rio, depois de 44. Ou 44 ou 45. Ele me chamou: “Recebi essa carta aqui, não é melhor você pagar?” “Não, dr. Guilherme, não vou pagar não, porque não devo por esse motivo, por esse...” “Não, meu filho. Mas se esse homem fez uma carta para o presidente da companhia é porque ele quer lhe prejudicar, não faça isso...” “Não, dr. Guilherme, não vou pagar porque não devo.” Eu discutindo com o presidente da companhia, ele queria que eu pagasse. “Não vou pagar não senhor.” “Vamos fazer o seguinte. Eu vou pagar para você” — olha só — “e você vai me pagar todos os meses, durante dez meses, uma parcelinha assim.” “Dr. Guilherme, eu não quero.” “Vai ter que fazer isso. Eu vou pagar e você vai me pagar todos os meses. Ou você não vai querer pagar a mim?” “Não, ao senhor eu pago.” [risos] Aí ele pagou essa conta e eu ia todos os meses... Quem era a secretária dele era a Ceres Torres, já faleceu até. Eu chegava na sala: “Dona Ceres...” “Pode entrar.” Ele não fazia nada, o Guilherme, ele só... Ele foi eleito presidente da companhia porque os americanos, quando fizeram o empréstimo para a McKee, exigiram que estivesse a presidência da companhia com o Guilherme Guinle. Ele era um aval para o empréstimo americano para construir a usina. Então ele não fazia nada, simplesmente dava a presença lá. O ordenado dele eram as irmãs de caridade que recebiam na tesouraria. O que ele ganhava as irmãs de caridade iam receber lá todos os meses.

V.A. – Interessante isso.

P.R. – Então, durante dez meses eu fui todos os meses na sala dele entregar o dinheiro a ele, na mão dele.

V.A. – E ele passava para as irmãs de caridade? [risos]

P.R. – Acho que certamente ele passava. Mas me fez pagar a ele. Aí, uma vez ela disse “Pode entrar”. Eu entrei, ele estava na mesa, com o jornal aberto, eu entrei, olhei e ele estava dormindo, com o jornal aberto, dormindo. Aí eu saí sem fazer barulho: “Ele está dormindo, d. Ceres.” “Então não acorda, deixa para lá.” No dia seguinte eu fui lá: “Dr. Guilherme, só vim hoje porque ontem eu estive aqui e o senhor estava tirando uma sonequinha lendo jornal.” “Sim, meu filho. De vez em quando eu tenho um pouquinho de sono aqui.” [risos] Ele era uma pessoa fabulosa, que Deus o tenha em sua santa paz. Que homem espetacular.

V.A. – O senhor estava dizendo que, quando voltou de Siderópolis, o coronel Mário o elogiou dizendo que...

P.R. – Foi. Eu já estava casado até.

V.A. – Aí já não tinha mais o problema. E esses elogios, eles tinham algum registro?

P.R. – Tinha o boletim.

V.A. – Nós ouvimos falar sobre isso, que os chefes imediatos faziam observações.

P.R. – A avaliação, o chefe imediato fazia. Mas não era isso, aí foi o próprio diretor quem fez. Saiu uma ordem de serviço no boletim fazendo elogio a mim.

V.A. – No boletim da companhia?

P.R. – No boletim da companhia.

V.A. – Não era na sua carteira...

P.R. – Não, não! No boletim da companhia.

V.A. – E o senhor tomou conhecimento disso, de que as pessoas tomavam notas, os chefes imediatos? O senhor mesmo, com os seus subordinados, tomava nota do desempenho? O senhor fazia isso?

P.R. – Naquela ocasião fazia isso também. Só que eu não cheguei nunca a fazer porque, como contador inspetor, eu não podia fazer de mim mesmo. Eu não tinha subordinado, era o auditor.

V.A. – Sei, mas antes o senhor chegou a ser chefe do escritório de Siderópolis, o senhor tinha subordinados. O senhor fazia essas anotações?

P.R. – Fazia sim.

V.A. – E a partir disso a pessoa recebia promoção? Como era isso?

P.R. – Eu não me lembro qual era o critério. Dava indicações que depois eram avaliadas por alguém... Olha, honestamente eu não lembro mais como funcionava isso, não está mais na minha mente.

I.F. – Nós soubemos também que, lá em Volta Redonda, na CSN, tinha uma espécie de gratificação, um 14º salário chamado girafa.

P.R. – A girafa era participação nos lucros.

I.F. – Isso era só lá em Volta Redonda?

P.R. – Não, na companhia toda tinha girafa.

I.F. – Inclusive em Siderópolis?

P.R. – Tudo.

V.A. – Quando começou a girafa, o senhor tem idéia?

P.R. – Quando a companhia começou a ter lucro.

V.A. – E quando foi isso?

P.R. – Ah, bom, agora não lembro mais. Não foi logo no início, não; isso foi bem depois. Não me lembro quando foi. A girafa era participação nos lucros. Uma parcela era separada para a participação dos empregados.

I.F. – O que eu soube é que antes mesmo existia uma certa gratificação que depois foi legalizada, passou a fazer parte como participação nos lucros. Antes, davam de qualquer maneira aos funcionários que eles achassem que merecessem alguma coisa.

V.A. – Uma gratificação.

P.R. – Eu não me lembro desse detalhe.

I.F. – Mas então essa girafa funcionava em Siderópolis...

P.R. – A girafa era na companhia toda.

V.A. – E todos os empregados recebiam, independente do desempenho?

P.R. – Todos os empregados recebiam a participação nos lucros; a girafa, todos recebiam. Quanto maior fosse o lucro, maior seria a girafa também.

V.A. – O senhor estava dizendo que ia contar a história do seguro. Isso eu acho que é importante.

P.R. – Como eu fui auditor de 53 a 55, um dia o superintendente de finanças, que era o Lindolfo Pinheiro Filho, era o SCF, Superintendente de Contabilidade e Finanças... E o diretor tesoureiro era o dr. Adão Pereira de Freitas — ele era um diretor que só escrevia com caneta verde, era engraçado, ele tinha uma cisma. Mas o Lindolfo entendeu — olha só... Está aí [no livro] o Lindolfo Pinheiro Filho?

I.F. – Adão Pereira de Freitas, diretor tesoureiro.

P.R. – Exatamente. Só escrevia com caneta verde. Era um homem fabuloso e eu vou contar uma história que passei com ele séria, muito séria. Eu era auditor, fui contador seccional, minha área toda era a contabilidade e auditoria. Aí o Lindolfo propôs fazer um rodízio de chefias e pegou o Roberto Pires, que era o chefe do setor de seguros, não sei para onde foi, acho que foi até para auditor, e quis me botar como chefe da divisão de seguros. E eu disse: “Mas eu não entendo nada de seguros, como é que eu vou ser chefe da divisão de seguros?” Como auditor, eu tinha a hierarquia de chefe de divisão, mas no exercício da minha atividade de auditor, eu tinha a hierarquia e era recebido como superintendente. Na minha passagem de auditor — de contador inspetor, que era o termo que se usava, mas na verdade era um auditor — para chefe da divisão de seguros, eu não tinha prejuízo financeiro nenhum, nem hierárquico, que era o mesmo nível hierárquico. Mas a posição do exercício da minha atividade, ali eu era superintendente e aqui não, então eu achava que estava perdendo *status* na companhia. “Não, tem que ser, tem que ser.” “Mas eu não entendo!” “Vai aprender, você aprende...”

V.A. – Mas qual era a intenção desse rodízio?

P.R. – Não sei a intenção do Lindolfo. Ele é o responsável por eu estar no seguro até hoje. Mas vamos lá. Aí: “Bom, eu quero falar com o diretor.” E fui no dr. Adão e ponderei com ele: “Não conheço seguro e tal.” “Mas eu conheço a sua história e sei que o senhor vai acabar entendendo desse negócio...” “Mas eu não conheço nada. Dr. Adão, por favor, não faça isso. Inclusive, eu vou perder *status*.” “Você vai. Vai embora.” Eu fui embora, fiquei uma fera e dois dias depois voltei lá. “Doutor Adão...” Ele me recebeu. “Escuta, é uma decisão minha. Você vai ser.” “Dr. Adão, não faça isso comigo.” “Não, não. Vai embora, vai conversar com sua família porque você vai ser.” Fui embora. O assistente dele era o Mário Henrique [Dassinovic]^{*}, que morreu já. Ele teve uma filha que fazia revolta contra a... foi metralhada. Ela era da contra-revolução. Bem, fui ao Mário [Dassinovic] e, quando cheguei lá, ele disse: “O dr. Adão não quer falar com você, não. Se é aquele assunto do seguro, você não fala porque ele não quer.” “Mas eu quero falar com ele.” “Mas não pode.” “Mas eu vou falar com ele.” E meti a mão na porta e entrei. “Dr. Adão...” — na porta. “É aquele assunto?” “Não, não é aquele assunto.” E era. “Então, pode entrar.” Aí entrei, sentei e falei assim: “Bom, não é aquele assunto, é uma coisa paralela àquele assunto. É questão de...” e comecei a enrolar. E ele disse assim: “Não. Estou vendo que é aquele assunto e eu não quero falar naquele assunto.” E virou-se para mim e disse assim: “Eu até sonhei com você ontem à noite.” Olha só! “Eu quis ver se estava sendo injusto com você e estou convencido que eu não estou sendo injusto com você. Você vai ser o chefe da divisão de seguros e se você não for, eu vou lhe dar uma punição.” Eu disse: “Bom, dr. Adão, eu vou ter que ser o chefe da divisão porque o senhor está me obrigando, me impondo...” Ele disse: “Não continua!” “Me obrigando e eu vou ter que aceitar senão...” “Você não continua, senão daqui eu lhe dou uma suspensão!” Eu tive que me calar e fui ser o chefe da divisão de seguros.

A Companhia tinha uma corretora que se chamava-se Ajax Corretora de Seguros. Na história da Funenseg tem a história da Ajax³. E eu, toda a vez que tinha uma apólice para renovar, eu queria entender. Eu perguntava, queria saber por que era e comecei a aprender seguro. Fui chefe da divisão de seguros. Criaram o serviço de seguros, eu fui chefe do serviço de seguros, Aí criaram o departamento de seguros e eu fui chefe do departamento de seguros. Depois criaram a linha de patrimônio e seguros, que era não só patrimônio como seguros também. Tinha 120... O seguro tinha 11 funcionários subordinados e o departamento de patrimônio tinha 110 funcionários, inclusive Volta Redonda. Tinha o chefe do departamento de patrimônio e tinha o chefe do departamento de seguros. Como eu fui para chefe de linha de patrimônio e seguros, os chefes dos departamentos de patrimônio e o de seguros eram subordinados a mim. Acontece que, quando eu fui nomeado... Aí a nomeação era de diretoria, era indicação de diretor — o diretor podia nomear o chefe de seção, o chefe de divisão e o chefe de departamento. Mas o chefe de linha, que era nível de superintendente, tinha que ser proposta de diretor e aprovação em diretoria, reunião de RD — Reunião de Diretoria. Aí eu fui nomeado, e era mais antigo do que eu o chefe do departamento de patrimônio, que era o Ferreira, em Volta Redonda. E eu fui nomeado em vez dele, o que desagradou o pessoal do departamento de patrimônio. Então, um dia — eu tinha um escritório no

* Nome sujeito a confirmação.

³ Refere-se ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg), que resultou no livro *Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil*. (Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998).

Rio e um escritório em Volta Redonda —, eu fui lá tomar conhecimento, me aproximar dos funcionários. E teve um funcionário que chegou no Hotel Bela Vista — eu marquei uma reunião à noite no Hotel Bela Vista — bêbado. O nome dele era Alípio, não sei nem se está vivo ainda. Ele botou o dedo na minha cara e disse: “Você não tinha que ser o chefe da linha, quem tinha que ser o chefe da linha era o Ferreira,” Não sei o quê e tal, tal e tal... Ele estava meio bêbado. Fiquei calado, ouvi aquilo tudo, fiz a reunião que eu tinha que fazer. No dia seguinte, fui ao escritório. Ele estava no escritório, não falei nada, não propus demissão ou punição para ele nem nada. E o pessoal ficou meu amigo porque eu não queria fazer mal a ninguém. Nessa ocasião, o diretor tesoureiro era outro, esqueço o nome dele.

V.A. – Depois do Adão Freitas.

I.F. – O Adão foi em 54. Depois, passou a ser Geraldo Magela Pires de Melo.

P.R. – Ah, sim! Foi o Geraldo Magela Pires de Melo, é meu amigo, está aí até hoje. Ele é que me nomeou, que propôs a minha nomeação para o departamento, e depois...

I.F. – Substituiu o Adão Pereira de Freitas.

P.R. – Isso, Geraldo Magela Pires de Melo. Esse deve ser consultado porque é antigo na companhia.

I.F. – E depois, o diretor tesoureiro foi dr. Moacir Araújo Pereira.

P.R. – Moacir Araújo Pereira!

I.F. – Já em 61.

P.R. – É. E o Moacir Araújo Pereira, que era chamado de... tinha até um apelido, como era? Deram um apelido a ele... Moacir Medonho, coitado. Ele era político. Ele, com o chefe de linha que não era eu — eu era chefe do departamento de seguro — propôs acabar com a corretagem da Ajax e a companhia fazer os seguros diretamente nas seguradoras. Bem, isso aí foi uma decisão dele, a companhia podia fazer se quisesse. Daí para a frente começaram a achar que eu levava vantagem nos seguros, que o meu padrão de vida era superior ao que eu ganhava. Mas o pessoal esqueceu que meu pai tinha um apartamento na avenida Atlântica, virado para a praia do Leme, e um para a Gustavo Sampaio. Quando meu pai faleceu, eu fui o herdeiro disso aí, eu com minhas irmãs. E a minha mulher, a Iara, é de uma família tradicional de Valença, tinha uma casa em Valença, e móveis antigos que eu depois botei em leilão, que ela não herdou mas eu vendi e ela pegou dinheiro. Engraçado, criaram um IPM na companhia. Mas antes disso tem um detalhe.

V.A. – Isso já foi em 64 então.

P.R. – Foi em 65, 66. Mas antes, no governo Jânio Quadros, havia sindicâncias na Equitativa, no IRB, uma porção de empresas ligadas a seguros. Um dia eu recebi uma carta me convidando para ser assessor técnico do coronel Meneses que era o encarregado da sindicância na Equitativa. Ele tinha feito no IRB também. E esse camarada mandou uma carta também para o presidente da companhia pedindo que eu

fosse liberado para dar assessoria técnica à comissão de sindicância. Comissão de sindicância era uma espécie de IPM que faziam. Aí eu não quis aceitar, mas o presidente da companhia me chamou e disse: “Você vai ter que aceitar, porque é uma coisa importante para a companhia escolherem, para assessor técnico de uma comissão de sindicância de seguros, o chefe de seguros da Siderúrgica e não um homem de seguros do mercado. Isso é prestígio para nós.” Eu tive que aceitar obrigado. Aí fui me instalar na Eqüitativa, aqui na avenida Rio Branco. Eu tinha tenente subordinado a mim, tinha datilógrafo sargento...

I.F. – Isso no governo Jânio?

P.R. – Jânio Quadros. Eu recebi uma carta de relevantes serviços prestados à nação — consta dos meus assentamentos na Siderúrgica: relevantes serviços prestados à nação por ter participado de uma comissão de sindicância do governo Jânio Quadros, que foi uma bagunça, uma bagunça tremenda, o homem acabou pedindo renúncia do cargo. Bom, quando eu fui para lá, o coronel Meneses, que comandava a coisa, tinha a melhor das intenções, mas eu suspeitei que a orientação era para encontrar coisas contra o Juscelino.

V.A. – Na Eqüitativa? Não estou entendendo. Por que na Eqüitativa?

P.R. – Porque a Eqüitativa era uma sociedade mútua em que o governo botava os diretores lá. Então, o Jânio Quadros veio depois do Juscelino, não foi?

I.F. – Foi.

P.R. – Então! Ele queria em minha opinião encontrar alguma coisa que comprometesse o Juscelino. Mas, como eu era assessor técnico, eu analisei toda a parte técnica da companhia e verifiquei o seguinte: cada seguro que entrava na Eqüitativa custava 150% a ela. Então ela tinha um prejuízo tremendo. E eu fiz um relatório.

V.A. – Não entendi.

P.R. – O seguro era colocado na Eqüitativa. Ela cobrava cem reais de prêmio e gastava 150 reais. Um prejuízo enorme! Tinha gente que ganhava em cima do que o outro ganhava, o que ganhava não sabia que outro estava ganhando em cima dele, era uma bandalheira tremenda. Eu fiz relatórios mas o coronel Meneses Cortes queria que eu indicasse o nome da pessoa responsável. Eu disse: “Não, não. Eu vou indicar o setor responsável. Não vou dizer que fulano é o responsável porque eu não sei se ele é, ele pode ser até inocente, culpado sem saber.” E tive até uma discussãozinha com ele, ele acabou mandando o jurista fazer... Olha, eu me arrependo tremendamente de ter sido assessor dessa comissão de sindicância porque eu devo ter encontrado ali, sem saber, muitos inimigos. Eu calculo isso. Bom, quando eu fui chefe da Linha de Patrimônio e Seguros...

V.A. – Isso já foi depois.

P.R. – Depois disso. Eu era chefe do departamento, depois fui chefe da linha. Bem, um dia o presidente da companhia, que era o general Osvaldo Pinto da Veiga, já em 64, com a revolução, ele fez uma comissão interna para ver qual a forma mais adequada

para a Siderúrgica ter um corretor de seguros. Fizeram uma comissão com o superintendente de contabilidade e finanças: era o genro dele, que era seu adjunto, Mário Vítor Cardoso de Meneses, era o Ferreira, que era meu subordinado, e eu. Eu não entendi botarem um subordinado meu junto a uma comissão para mim, eu achei meio esquisito. Inclusive de seguro, o cara não entendia de seguro, era o patrimônio a dele. Mas eu tive que aceitar aquilo. Então, fizeram uma reunião e no final estabeleceram um critério para escolher a corretora de seguros. O critério era um critério que eu disse: “Bom, já sei qual é a corretora. Só tem uma corretora com essa técnica que vocês estão escolhendo aí: é a Ajax. Só pode ser a Ajax.” Se era um critério, não podia conduzir para a escolha de uma organização, se bem que eu achasse a Ajax uma corretora espetacular. Mas o critério que eles estavam encontrando ia ser horrível para o lado de fora da companhia, ia ser criticado. Um critério de número de apólices, número de empregados, propriedades — só tinha uma. Então isso não era um critério, embora eu achasse que a escolha da Ajax seria muito adequada, muito valiosa. Mas não colocar isso como critério de escolha. Aí, no dia seguinte, disseram: “Bom, vamos fazer o seguinte: está aprovado por unanimidade.” Aí eu disse: “Não, não tem aprovação por unanimidade nenhuma! Bota aí meu voto, que eu já trouxe por escrito: voto contra, por isso, por isso e por isso.” A comissão acabou, não teve critério nenhum porque não podiam botar o meu voto lá porque, poxa, que critério é esse? Isso eu digo para todo mundo ouvir! Foi cancelado, não houve mais critério nenhum. Daí para a frente, eu tenho a impressão que por causa do negócio da Equitativa e esse negócio de ter tirado o corretor de seguros, eu comecei a sofrer pressão.

I.F. – Mas nessa ocasião, tiraram os critérios mas decidiram que seria a Ajax?

P.R. – Não, não decidiram nada. Continuava como estava.

V.A. – Se tiraram o corretor de seguro, por que estavam discutindo critério para corretor?

P.R. – Mas quem tinha tirado era o diretor tesoureiro antes, agora já não era mais ele. Agora, o diretor tesoureiro era o comandante Benvindo Taques Horta.

V.A. – Deixa eu só entender. Na gestão anterior tinham decidido que a CSN faria o seguro diretamente na seguradora, sem intermediação de corretor.

P.R. – É.

V.A. – Aí, na gestão do Taques Horta resolveram...

P.R. – Não. O presidente da companhia, quando ele entrou — o Pinto da Veiga —, criou uma comissão para saber que critério deveria ser usado.

V.A. – Então, ele aboliu a história de que teria que ir diretamente para a seguradora?

P.R. – Não, continuou indo até se estabelecer um corretor. Aí resolveram o seguinte — eu já não estava mais lá: resolveram montar uma corretora da própria Siderúrgica chamada Sotecna.

V.A. – O senhor não estava lá. Estava onde?

P.R. – Eu estava afastado da companhia. Eu estava chegando lá, no afastamento. Então, criaram um IPM dentro da Siderúrgica, e a companhia... Por aquela comissão, eu já senti que estava sendo pressionado para... E teve umas passagens, que até não quero falar, com o general Pinto da Veiga e com o comandante Taques Horta. O comandante Taques Horta, dizia assim: “Olha, o presidente mandou fazer isso.” “Mas não pode fazer!” “Tem que fazer, o presidente mandou.” “Mas não pode fazer.” “Então você fala com o presidente.” Ele mandou fazer, por exemplo, sorteio do seguro dos automóveis. Pô, sorteio do seguro dos automóveis seria o fim da picada porque a seguradora que fosse sorteada não teria interesse nenhum em atender com eficiência, porque no ano seguinte ela não seria mais — era sorteio. Não podia fazer isso, eram 1.200 carros. Fazer sorteio? O que é isso? “Ah, mas é ordem do presidente...”

[FINAL DA FITA 2-B]

P. R. – Bom, quando eu fui falar com ele... Por razões que eu não quero aqui mencionar eu tive uma discussão com ele...

V. A. – Com quem?

P. R. – Com o presidente da companhia, o Pinto da Veiga. Ao lado estava o genro dele, que era adjunto dele e que era funcionário do IRB. Olha o risco que eu estava correndo: ele era funcionário do IRB! Então, a minha linguagem tinha que ser uma linguagem correta. “General, não pode fazer sorteio por isso, por isso e por isso.” “Mas tem que fazer porque é uma ordem que eu estou dando.”

V. A. – Sorteio de seguros de carros.

P. R. – Sorteio de uma apólice de 1.200 carros. E eu tive uma discussão com ele, que eu não quero aqui declarar numa gravação porque é muito delicada. O fato foi o seguinte: não foi feito sorteio para o seguro dos carros. Foi feita a escolha de uma companhia de seguros que sabia que estava sendo escolhida porque era... Faz um favor, desliga aí.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V. A. – Isso é que podia esclarecer um pouco. Era um IPM interno da companhia? Não entendi.

P. R. – Na época da Revolução eles faziam Inquérito Policial Militar em qualquer empreendimento que estivesse sob suspeita de alguma irregularidade. Então, fizeram na Siderúrgica e os envolvidos eram o Lúcio Meira, que era presidente da companhia, e a área de seguros da qual eu era o chefe.

I.F. – Achando que estava havendo corrupção?

P. R. – É, que estava havendo corrupção.

V. A. – Só o Lúcio Meira e a área de seguros que sofreram IPM?

P. R. – Não, o IPM foi a Siderúrgica, o envolvimento do presidente com não sei o quê. E entre outros, área de seguros também. As outras áreas eu não sabia porque aquilo ali era tudo sigiloso. Então, montaram o IPM...

V. A. – E como o senhor soube do IPM?

P. R. – Porque ficou pública e notória a coisa, saía até nos jornais. E eu fiquei sabendo que o IPM ia ser instalado e que eu ia ser chamado no dia 7 de janeiro de 65. Bom, eu fiquei de nove da manhã até às 9:15h da noite com o almirante... Como o inquérito envolvia o almirante Lúcio Meira, quem presidia o inquérito era um almirante também. Como era o nome dele? Bom, vou me lembrar daqui a pouco.

V. A. – Onde, aqui no Rio?

P. R. – Aqui no Rio, na rua Treze de Maio, no escritório. Eu, sentado de nove da manhã até às 9:15h da noite. E o ministro Hungria sabia que eu estava sendo convocado, estava até aguardando qualquer informação se eu tivesse... Naquela ocasião, pegavam a pessoa, levavam preso e desapareciam com o sujeito, ninguém sabia de nada. Então, minha preocupação era me levarem e desaparecerem comigo, me pressionarem, me torturarem. Eu tinha medo desse negócio todo.

Bem, o almirante começou o inquérito assim, assim mesmo, nesses termos: “Dr. Paulo Ribeiro, nós temos a informação de que o senhor é a única pessoa da Siderúrgica que entende de seguros. De maneira que o senhor tenha muito cuidado nas perguntas que eu vou lhe fazer por causa da sua responsabilidade nas respostas por ser a pessoa que mais entende.” Durante três horas ele fez perguntas absolutamente *burras* sobre seguro e que eu respondia na altura que ele queria. Perguntas que não tinha nenhum sentido fazer mas que eu respondia com...

V. A. – O senhor respondia tecnicamente?

P. R. – Respondia tecnicamente. Ele foi orientado para fazer perguntas bobas.

V. A. – Mas ele tinha alguém ao lado dele?

P. R. – Não.

V. A. – Estava sozinho?

P. R. – Estavam ele, um tenente, como escrivão, e tinha um outro que era um jurista lá dele.

V. A. – Ele também não devia entender de seguro.

P. R. – Não entendia. Depois, o resto foi sobre minha vida particular. Ele tinha extrato de conta de todos os bancos que tinham o nome de Paulo Gomes Ribeiro. A movimentação toda. Olha, impressionante como o negócio funcionou na Revolução. “O senhor tem uma conta no banco não sei qual no Méier, tem conta no banco não sei qual na rua do Riachuelo.” “Não, senhor, nunca vi essa conta aí, não.” Deixa eu contar uma história. “Como o senhor ganhou tanto dinheiro no ano tal e tem tanto, tanto, tanto no banco?” Eu pensei: “Pô, não ganhei esse dinheiro todo, como foi isso?” “Almirante, eu

não estou entendendo.” “Está entendendo *sim* e está fingindo que não está entendendo!” A coisa era mais ou menos assim, me tratava com educação mas duramente. Eu disse: “Olha aqui, o negócio é o seguinte...” — eu tinha Banco Boavista no Leblon, morava no Leblon. Naquela ocasião, os bancos pagavam 5% ao ano de juros quando o sujeito tinha dinheiro depositado no banco — o depósito em conta corrente era remunerado. Mas tinha um limite; por exemplo, até quinhentos reais. Dali para a frente não rendia mais nada, só rendia até quinhentos reais. Então, o que eu fazia? Eu tinha uma conta Paulo Gomes Ribeiro e tinha uma outra, Paulo Gomes Ribeiro e/ou Iara Moreira Ribeiro, e tinha uma conta Iara Moreira Ribeiro. Quando passasse dos quinhentos, passava para outra. Então, por exemplo, eu depositava um dinheiro aqui, eles remuneravam até 500,00 e, quando chegava a setecentos, esses duzentos eu passava para outra conta. Aí, quando aqui diminuía, que eu passava esses duzentos para cá, ele somava mais duzentos. Aí, quando ultrapassava, eu passava o dinheiro para lá, ele somava mais duzentos. Era por isso que o dinheiro estava crescendo! É como aposta no Jockey Club. Quer dizer, movimento de aposta: cem milhões. Ninguém levou cem milhões para o Jockey Club. É que o sujeito apostou, ganhou, jogou outra vez. Então eu disse: “Almirante, tem uma falha técnica aí porque esse dinheiro aqui não pode ser somado porque é o mesmo dinheiro que depois voltou para lá. Eu saco o dinheiro aqui, dos quinhentos. Tenho aqui mais duzentos, são setecentos. Aí, no fim de semana eu saco cem, passa o fim de semana, não gasto e deposito os cem. E o senhor considera como mais um depósito de cem reais? Não, voltou ao mesmo que era antes. Essa conta não está bem analisada.” Aí ele percebeu que estava incorrendo em um erro e virou-se para mim e disse assim: “Diz que ganhou na loteria porque facilita mais, não tem como provar nada.” “Não, almirante, não vou dizer que ganhei na loteria porque eu não ganhei na loteria.” “Ganhou sim, *vai dizer sim!*” “Vou dizer, sim senhor, vou dizer. O senhor está mandando e eu vou dizer.” Aí ele dizia para o tenente: “Respondeu o depoente” — e o cara está lá parado na máquina — “que ganhou na loteria.” O tenente já sabia, não estava batendo nada na máquina. Não fazia isso porque não podia dizer, eu não estava dizendo.

Bom, esse inquérito, IPM, terminou, e a Companhia Siderúrgica fez — olha só — um inquérito e me afastou. Me afastou e moveu uma ação trabalhista para me demitir. E fez um inquérito interno, inquérito administrativo interno. Quem presidia esse inquérito era o coronel Fleury, que era assistente do presidente. O coronel Fleury trabalhou no palácio do Catete e conhecia meu pai, que fez muitas obras para o palácio do Catete. Então o coronel Fleury disse assim: “Olha, Paulo...” — Estavam o coronel Fleury, o Ramon, contador, o filho do Temístocles Cavalcanti, que era o Álvaro Brandão Cavalcanti, que era jurista da companhia, e um datilógrafo. Eu sentei lá na cadeira, o coronel Fleury virou-se e disse assim: “Olha, eu fui muito amigo de seu pai, gosto muito de você, mas eu estou aqui cumprindo ordens.” Eu disse: “Não” — eu o chamei de coronel Fleury — tem toda a...” Aí, quando começou o inquérito, eu disse: “Olha, antes de mais nada, eu quero pedir licença a vocês para o seguinte. Coronel Fleury, eu nunca o chamei de coronel Fleury, sempre o chamei de Fleury e vou continuar a chamá-lo de Fleury, mas não veja nisso uma afronta ao presidente da comissão. Dr. Álvaro Brandão Cavalcanti, chefe do Departamento Jurídico da companhia, sempre o chamei de Álvaro e não vou aqui chamá-lo de dr. Álvaro Brandão Cavalcanti porque não sou cabotino. Também não vai nisso nenhuma afronta ao jurista. Ramon, você é meu colega, é Ramon mesmo porque é meu colega na companhia. E você é datilógrafo. Todo mundo aqui, vamos nos tratar dessa maneira, mas não vejam nisso nenhuma afronta. Eu quero dizer uma coisa a vocês...” O coronel Fleury: “Ô Paulo, você confirma tudo aquilo que respondeu no IPM com o almirante não sei o

quê?” “Deixa eu ler para...” “Não, não. Você não pode ler.” “Então não confirmo.” “Mas por que você não confirma?” “Porque eu quero ler o que está escrito aí, pô. Eu não li! Será que o que está escrito aí foi o que eu disse? Só confirmo depois que...” Então, pararam o inquérito e transferiram para o dia seguinte. No dia seguinte: “Paulo, você confirma que não confirma o que está escrito?” “Confirmando. Não confirmo.” Aí ele virou-se: “Bom, fulano, respondeu o depoente...” Eu disse: “Um momentinho. Eu vou dar a resposta.” “Por quê? Você acha que eu não sei português?” “E você acha que eu não sei também? Eu sei! Quem vai ditar a resposta sou eu: respondeu o depoente que, não lhe tendo sido dada a oportunidade de ler... não responde.”

V. A. – Isso também no escritório da Treze de Maio?

P. R. – No escritório da 13 de Maio, na Siderúrgica, em uma sala privada. Bom: “E sua vida privada? Nós queremos saber tal e tal...” “Não respondo nada sobre minha vida privada, só respondo sobre minha vida funcional.” “Mas a sua vida funcional nós conhecemos.” “Então não precisa perguntar. Eu não vou responder nada sobre...” Eu tinha falado com o ministro Hungria que eu ia... “Paulo, você deve falar. Responda, por favor, você não tem nada que temer.” “Mas eu não quero responder porque eu quero afrontar. Não respondo.” “Então você confirma que não responde?” “Não respondo nada sobre minha vida privada.” E ditei a resposta. Assinou-se o negócio, e aí: acabada a comissão. Eu estava com uma pasta na mão. “Vamos embora?” “Agora, um momentinho. Fleury, Álvaro, Ramon, posso fechar a porta? Eu quero falar uma coisa com vocês muito particular. Vai levar uma hora mais ou menos. Vocês me dão isso? Por favor, pelo amor de Deus, me façam isso.” “Pois não.” Fechou. “Quero dar satisfação da minha vida privada a vocês. Está aqui a pasta.” Escritura, aquele negócio todo, mostrei tudo a eles. “Por que você não disse isso?” “Porque eu não quero. A Siderúrgica não podia me impor isso. A vocês, meus colegas, eu dou. Está aqui: é isso, isso, e isso. Mas à companhia eu não daria.” Isso deu... são meus amigos até hoje.

A companhia moveu uma ação contra mim. Ela tinha 20 advogados e teve que contratar um advogado só para mover uma ação contra mim, porque os outros advogados, eu soube, conversaram com o presidente que não tinha sentido, a companhia ia perder aquela ação. Ele exigiu, contratou, percebeu que todos os advogados me conheciam, sabiam... Então eles contrataram um advogado, e o meu advogado me foi sugerido por um alto funcionário da companhia. Não vou mencionar o nome; aliás ele está falecido já. Foi o chefe do departamento de pessoal que era o... esqueço agora o nome dele também.

I.F. – Em que época isso?

P. R. – Isso foi em 65.

V. A. – Chefe do departamento de pessoal — não tem aí, Ignez?

P. R. – Era o Gomes Carneiro! Eu contratei um advogado para me defender na ação trabalhista, o Eduardo [Cocerneli]*. Ele já faleceu, a filha dele é juíza hoje em dia.

V. A. – E a companhia contratou um outro advogado.

* Nome sujeito a confirmação.

P. R. – A companhia tinha um corpo de advogados, mas contratou um especificamente para essa ação para me demitir por justa causa.

V. A. – E esse Gomes Carneiro sugeriu ao senhor...

P. R. – Esse [Cocerneli]. Gomes Carneiro? Não sei se era esse o nome, vou me lembrar daqui a pouco. Quando eu fui falar com o [Cocerneli], ele virou-se para mim e disse assim: “Olha, advogado é que nem médico. Você tem que dizer para mim a verdade. Você levou a vantagem que eles estão dizendo?” “Não levei, não senhor.” Mas eu confesso que ele não acreditou nisso, o [Cocerneli] não acreditou nisso. Mas aceitou meu caso — ele ia ganhar uma comissão sobre a minha reintegração. E o processo teve curso. Teve uma audiência de conciliação e, como em toda audiência, o juiz pergunta se há possibilidade de acordo. Então o juiz perguntou: “Há possibilidade de acordo?” A Siderúrgica disse: “Há.” “Quanto oferece?” Então, o advogado da companhia ofereceu uma importância, expressiva mas não muito significativa. Aí perguntou: “O senhor aceita?” Perguntou para mim diretamente, o advogado do lado. Eu disse: “Não, não aceito, meritíssimo. O senhor permitiria que eu justificasse a razão pela qual eu não aceito?” Ele disse: “Pois não.” “Eu não aceito não é porque a importância que estão me oferecendo seja pouca, não. Eles poderiam me oferecer dez vezes mais do que isso que eu não aceitaria. A Siderúrgica poderia me oferecer a empresa que eu não aceitaria. Sabe por quê, meritíssimo? Porque eu quero mostrar o resultado dessa ação aos meus filhos. Eu quero que esta ação vá até o fim.” [emoção] E acho que daí para a frente o [Cocerneli] acreditou em mim.

V. A. – Ele viu que o senhor não tinha aceito o acordo...

P. R. – Eu não queria dinheiro nenhum. Se me dessem a Siderúrgica eu não queria. “Eu quero esta ação até o fim porque quero mostrar o resultado aos meus filhos.” Bem, isso me comove até hoje.

V. A. – É duro mesmo.

P. R. – Eu passei quatro meses... Olha, morre-se de desgosto, sabia disso? Morre-se de desgosto. Eu tive essa experiência, emagreci 13 quilos. Eu não comia, eu não tinha sono, eu não falava. Eu vivia sentado, no apartamento em que eu morava, na sala, de cabeça baixa, sem dar uma palavra. O Clóvis Oliveira, que era um neurologista, avisou minha família que tivesse cuidado que eu ia me suicidar. Eu disse para ele o seguinte: “A vida não tem mais sentido para mim.” Eu estava desgostoso da vida. Quatro meses assim. Até que um dia eu me levantei e disse assim: “Tenho que reagir”. Eu estava afastado da companhia.

V. A. – E o senhor, afastado, estava recebendo seu salário?

P. R. – Não, não estava recebendo salário. Vendi tudo que tinha, vendi carro, tudo isso, para poder comer. Quatro meses depois eu disse: “Pô, eu vou ter que dar um jeito.” E imaginei fundar uma firma corretora de seguros. Para isso, como as portas iam-se abrindo para mim? Eu era um empregado da companhia, chefe do setor de seguros. Eu conhecia seguros mas não sabia se o que eu conhecia de seguros era suficiente para poder ter sucesso lá fora. Aí, eu tinha um funcionário no meu departamento de seguros que chamava-se Manuel Fialho Londres. O pai dele era almirante e ele era sobrinho do

Genival Londres. Era um rapaz que eu chamava de Maneco Londres. Eu o procurei e disse: “Manuel, eu queria fazer uma sociedade de seguros com você.” Conteí a ele minha idéia qual era, ele achou uma boa idéia e disse: “Vamos botar meu sogro nisso?” O sogro dele era o Gustavo Magalhães. Gustavo Magalhães era um homem da alta sociedade do Rio de Janeiro. Muito trabalhador mas um homem tremendamente complicado em negócios. Mas muito trabalhador. Ele morava em uma casa no largo do Boticário. Tinha tapetes persas, um cara de um dinheiro fabuloso. Então fizemos a sociedade: eu, Manoel e o Gustavo Magalhães. Eu tinha 40%, o Manuel tinha 30% e o Gustavo tinha 30%.

V. A. – Esse Manuel era funcionário da CSN?

P. R. – Era mas já não estava mais na Siderúrgica, já tinha saído da Siderúrgica. Aí, fundamos uma firma que se chamava Contese — Conselho Técnico de Seguros, aqui na Álvaro Alvim, 21, 11º andar. Mas antes nós não tínhamos escritório e o Gustavo Magalhães foi ao pessoal da Ducal, que era uma empresa de duas calças — se lembra? Ele era muito amigo do pessoal da Ducal e a Ducal emprestou um escritório para a gente se instalar e nós fomos corretores do seguro de vida da Ducal. Depois, ele alugou um escritório na rua Álvaro Alvim e fomos. Eu andava com ele na rua para baixo e para cima visitando o pessoal da Colombo, não sei o quê, para fazer seguro. Até que ele foi comigo no Horácio Klabin, que era o dono do Diner’s Club do Brasil. Eu levei seis meses tentando convencer o Horácio Klabin de que era conveniente fazer o seguro dos associados do Diner’s. Um dia o Horácio Klabin topou e eu organizei uma apólice em que as seguradoras exigiram mil vidas para começar a vigorar o seguro. Mil vidas! Eu peguei uma relação de nomes dos associados do Diner’s, montei uma equipe e, em 30 dias eu consegui 1136 vidas! Eu era um touro para trabalhar. E esse escritório foi crescendo, crescendo, eu cheguei a ter 27 mil segurados. Tinha 60 empregados, escritórios no Rio, em São Paulo e Belo Horizonte. Um sucesso. Enquanto a ação trabalhista estava em curso, que levou dois anos, foi de 67 até 69 a ação para me demitir. Aí a ação eu ganhei, em todas as instâncias. Ah, o IPM foi para a vara criminal, e o promotor propôs o arquivamento do IPM, que dizia ele assim: não havia, nos depoimentos do Paulo Ribeiro e de outras pessoas, a menor hipótese de criar, na mente do promotor, condições para propor o inquérito. E o inquérito foi arquivado.

V. A. – O mesmo do Lúcio Meira?

P. R. – Esse mesmo. Eu não sei o do Lúcio Meira, mas acho que também foi. O meu foi arquivado porque não havia a possibilidade menor que fosse para poder propor o... Como chama o termo jurídico? Propor o andamento do inquérito. Propôs o arquivamento e o juiz arquivou o processo. Mas a área trabalhista continuou. Então, de 67 a 69...

V. A. – Quer dizer que na Justiça Militar ele foi arquivado?

P. R. – Justiça Civil mesmo, porque o Inquérito Policial Militar foi para a vara criminal e foi arquivado. Eu não fui pronunciado, foi arquivado. Mas independente disso a ação na Justiça Trabalhista continuou. Fui ganhando, ganhando, ganhando. Olha, teve uma audiência no Tribunal Superior em que o advogado... Na tribuna tem 13 desembargadores, tem o presidente e tem a assistência — eu estava lá assistindo. E o advogado faz a defesa oral, fazia a minha defesa oral. Olha, o [Cocerneli] fez uma

defesa que foi uma coisa brilhante! Me exaltou, o juiz batia lá: calma aí... “Doutor [Cocerneli], está esgotado seu tempo.” E ele continuava. E batendo a campainha, e ele continuava, não parava de falar! Aí, o processo encerrou da seguinte maneira: eu fui reintegrado — a reintegração acompanhada de dois oficiais de Justiça, que me levaram à companhia para eu me apresentar ao presidente para ele me reintegrar. Em 69.

V. A. – Que já não era mais o mesmo...

P. R. – Não. Mas escuta aqui. Em 69 eu já estava com minha firma montada e que já era um sucesso.

V. A. – A Contese.

P. R. – Que já tinha se transformado em Ética, porque a Susep quis que mudasse o nome porque confundia com um conselho técnico de seguros. Então eu mudei de Contese para Ética. Muito bem. Primeiro, um detalhe: nenhuma vez eu fiz seguros com companhias que foram seguradoras da Siderúrgica. Jamais. Para que ninguém dissesse que eu tinha alguma ligação. Todos os seguros que eu fiz, como corretor lá fora, foram com seguradoras que não tinham sido seguradoras da Siderúrgica. Usei esse critério. E outra coisa: eu não sabia que o que eu sabia era bastante suficiente, até excessivamente suficiente para fazer sucesso cá fora. O que eu aprendi lá dentro era mais do que suficiente para fazer seguro cá fora. Eu era *master* em seguro e não sabia que era.

Bem, eu tinha um carro Itamaraty com motorista de terno preto e gravata preta. E o presidente da companhia tinha um carro Aero-Willis com motorista de camisa azul. Então, eu não queria o lugar de presidente da companhia porque eu ganhava mais do que o presidente da companhia como corretor de seguros que eu era, e com o maior sucesso que eu tive. E o Gustavo Magalhães e o Manuel, claro, passamos a ganhar dinheiro com seguro. Depois começamos a nos desentender. E esse desentendimento chegou a tal ponto — o genro do meu lado, mas não podia ficar do meu lado porque era genro do homem — que eu disse: “Gustavo, vamos fazer o seguinte. Nós não estamos nos entendendo. Eu penso de uma maneira, você pensa de outra e vamos fazer o seguinte.” O presidente da confederação da indústria..., que era... esqueço o nome dele agora. Que tem na rua da Candelária, como chama? Rua da Candelária, 9. Ele era presidente dessa instituição da rua da Candelária número 9. Era muito amigo do Gustavo Magalhães e eu não o conhecia — Alberto Amaral Osório. E eu não o conhecia, mas sabia que era um homem de bem. Mas não o conhecia, sabia que era amigo do Gustavo Magalhães. “Gustavo, vamos fazer o seguinte. Eu não conheço esse camarada, ele é seu amigo. Vamos fazer o seguinte. Como ele é seu amigo íntimo, peça uma reunião com ele: você expõe os seus problemas, eu exponho os meus, se ele concordar com você, eu cedo o que é seu.” Olha a parada em que eu entrei. Fomos eu, o Gustavo e o Manuel ao gabinete dele, um gabinete luxuoso, enorme. Fechou a porta. Ele disse — o Gustavo: “Olha, o que eu disser, eu quero que o Paulo assista. Mas o que ele vai dizer eu não quero assistir.” Eu disse: “Se você não assistir eu também não quero dizer. Você vai ter que assistir a tudo o que eu vou falar de você e eu vou assistir a tudo o que você falar.” Aí, deu a palavra ao Gustavo e o Gustavo: “Pá, pá, pá e pá.” E eu ouvindo. Daqui a pouco: “Agora fala você, Paulo.” — ele falou, o Amaral Osório. Eu disse: “Isso, isso, isso e isso, assim, assim, assim e assado.” Quando acabou, ele olhou para o Gustavo e disse assim: “Gustavo, você vai continuar sócio do Paulo Ribeiro, tive uma excelente impressão dele, ele está cheio de razão e você não tem razão nenhuma.” E aí ele teve que aceitar, era o amigo dele e eu nem conhecia.

Continuamos a sociedade. Mas não deu bem. Ele procurou o Horácio Klabin, que era do Diner's, e perguntou ao Horácio se queria comprar a parte dele, Gustavo Magalhães, e a parte do Manuel Nunes. O Horácio disse que comprava. Aí o Horácio me chamou e disse assim: “Olha, eu vou comprar. O senhor concorda em ser meu sócio?” “Concordo, dr. Horácio. É um privilégio para mim.” “Mas eu não faço sociedade limitada, só sociedade anônima.” “Então, negativo. Uma sociedade anônima, eu com 40% e o senhor com 60%? Poxa! O senhor é ótima pessoa, mas sei lá como vai ser isso daqui para a frente.” Ele disse: “Tem toda a razão.” — olhem que homem fabuloso. “Vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma sociedade anônima em que você tenha 40% de ações ordinárias com direito a voto e eu tenha 40% de ações ordinárias com direito a voto e 20% de ações de preferenciais sem direito a voto.” Eu topei e assim foi feita a sociedade. Mas ele botou mais um sócio, o Ramil Nassif, que era assessor dele. Dois anos depois, eu descobri no estatuto nosso que não estava dito que as ações preferenciais não tinham direito a voto. Se não estava escrito, tinha direito a voto. “Dr. Horácio, olha aqui. Se não estiver escrito no estatuto da empresa que elas não têm direito a voto, elas têm direito a voto.” “Mas nós combinamos sem direito a voto. Chama o Malamud aí.” Chamou o Malamud e disse: “Convoque uma assembléia para declarar que as ações preferenciais não têm direito a voto.” Esse homem era um homem fabuloso, eu adorava esse homem, Horácio Klabin. Correto, digno, qualquer um outro teria dito para mim: “Mas está no estatuto, não vou mexer agora.” Ele mandou fazer uma assembléia para fazer isso.

Bem, voltando à Siderúrgica. Eu tinha uma firma em que o sócio meu era o Horácio Klabin. Eu comecei a montar um patrimônio fabuloso. E a ação foi indo e em 69 eu fui reintegrado. Quando eu me apresentei, eu pedi ao [Cocerneli] para pedir ao juiz para abrir mão do oficial de Justiça, que eu não precisava, eu queria me apresentar sozinho. Me apresentei à companhia, ao departamento de pessoal. O advogado mandou uma carta ao presidente da companhia dizendo que a decisão da Justiça tinha sido de eu ser acompanhado, ao me apresentar ao presidente, por dois oficiais de Justiça, mas que eu havia pedido, e que ele achava que era um ato digno meu, para não ser acompanhado por oficial de Justiça porque não havia necessidade disso. Então eu fui lá, me apresentei e mandaram eu me apresentar ao superintendente de contabilidade e finanças, que era o Antônio Teixeira Dias, que foi meu colega de auditoria. O Antônio Teixeira Dias levantou da cadeira e disse assim: “Paulo, seu lugar aqui é o que eu estou ocupando, é o lugar a que você tem direito aqui na companhia.” Eu disse: “Dias, por favor,” — eu tinha nível universitário e na companhia não tinha ponto — “me deixa. Eu não quero o lugar do presidente da companhia. Eu ganho mais do que ele! Ô, Dias, por favor, me deixa continuar no meu negócio.” “Não, Paulo, não tem problema, não. Você não tem ponto, vem aqui uma vez por semana, a gente dá presença aqui e, se eu tiver algum problema de seguro, eu peço para você dar um parecer.” Um dia ele pediu um parecer, eu dei: “Está aqui, assina.” E ele disse: “Não, assina você.” Ele queria que eu assinasse e eu disse: “Não, é melhor você assinar. Assina você.” Ele assinou e a companhia ganhou a ação — um problema com o IRB que queria pagar indenização menor e eu dei um parecer de que tinha que ser maior e foi pago o maior.

Bem, eu ia na tesouraria receber meu salário, que eu recebi todos os atrasados como se trabalhado tivesse, recebi férias em dobro, recebi girafa, recebi promoção, recebi tudo. De 65 a 67. De 67 a 69, eu fui reintegrado... Como foi a história?

I.F. – O senhor foi reintegrado em 69.

P. R. – Foi em 69.

I.F. – O presidente era Alfredo Américo da Silva.

P. R. – Era o Alfredo Américo da Silva?

I.F. – Em 69 era. Em 66 era Osvaldo Pinto da Veiga.

P. R. – E em 67, quem era?

I.F. – Osvaldo Pinto da Veiga. E em 69, Alfredo Américo da Veiga.

P. R. – Deve ser. Eu não me lembro. Eu ia receber meu ordenado e me constrangia. O tesoureiro, o Artur Néri, ganhava menos do que eu e eu ia receber ordenado sem trabalhar. Aí... Não, isso foi em 66. Em 69 eu fiz um acordo com a companhia. Agora eu estou confundindo as datas, já tem 30 anos disso.

[FINAL DA FITA 3-A]

P. R. – Repara só. Se eu, já como corretor, ganhava bastante dinheiro, e tendo sido reintegrado e recebido todos os atrasados como se trabalhado tivesse, foi outra bolada, e dois anos depois, em 69, com o acordo, mais uma indenização! Eu juntei uma grana nesse período todo. E aí acabou a minha...

V. A. – O senhor fez um acordo, então, em 69, para sair?

P. R. – Para sair da empresa.

V. A. – Para ser demitido, ou o senhor pediu demissão?

P. R. – Não, para ser demitido. E aí me pagaram 60% do que eu tinha direito, que era possível. A Justiça Trabalhista aceitava até 60% e a companhia estava fazendo acordo com quem quisesse. Eu aceitei o acordo, porque estava em uma firma com um sucesso danado, que eu montei em 66. Em 65 foi a coisa, eu fiquei quatro meses parados, e em 66 montei a firma. Em 69, três anos depois, juntei com o Horácio Klabin e aí, sócio do Horácio Klabin, fiquei até 87. Fiquei 21 anos como corretor do Diner's. Depois, três bancos me tomaram o negócio. Aí é outra história, não é Siderúrgica.

Com relação à Siderúrgica, tem esses acontecimentos, e esse do IPM foi triste na minha vida lá, porque eu queria continuar vivendo na Siderúrgica, continuar trabalhando. Mas a vida me obrigou a me afastar de lá e a ter uma vida diferente.

V. A. – E o senhor tinha contato com o almirante Lúcio Meira?

P. R. – Não, nenhum.

V. A. – O senhor também não sabe como foi o IPM com ele?

P. R. – Não sei, não sei.

V. A. – E outras pessoas foram convocadas para depor? Quem?

P. R. – Foram funcionários meus e tudo.

V. A. – A respeito da parte de seguros?

P. R. – É. Só que eu não sei, não tenho conhecimento do depoimento deles, porque eu nunca pude ter acesso.

V. A. – E lá em Volta Redonda, eles entraram em Volta Redonda? O IPM entrou lá também, ou ele se restringiu aqui ao escritório central?

P. R. – Não sei, não sei. Acho que foi só no escritório central.

V. A. – Voltando um pouquinho, o senhor tinha dito que passou lá um tempo num dos hotéis, como coordenador, depois que o senhor tinha vindo para o Rio. Foi na época em que o senhor era o auditor?

P. R. – Agora não me lembro bem o que foi, não me lembro exatamente por que foi isso.

V. A. – E a irmã do senhor, Maria Joaquina, o senhor disse que faleceu em Volta Redonda. Ela se instalou lá, ela foi para lá?

P. R. – Não nessa época, ela foi depois. Meu cunhado, marido dela, que era coronel da reserva, Wellington Pimentel Dourado, casou com minha irmã e se afastou do Exército para a reserva remunerada e estava precisando trabalhar. Trabalhou comigo na firma, corretor e tal, mas depois não pôde continuar lá, e como eu tinha amizades na Siderúrgica, arranjei de ele ir trabalhar na Cobrapi, Companhia Brasileira de Projetos Industriais. E ele foi funcionário da Cobrapi. Como ele foi para a Cobrapi em Volta Redonda, a Maria se mudou para lá; adquiriu uma casa e tal e passou a viver lá com os filhos. E os netos dela também vivem em Volta Redonda até hoje. E ela morreu lá.

V. A. – E o senhor tem dois filhos?

P. R. – Eu tive três filhos.

V. A. – O Gustavo, o outro que faleceu...

P. R. – O Márcio, que faleceu, e o Paulinho, que é o mais moço. Mais moço, mas nasceu em 56 — ele tem 42 para 43, vai fazer 43 agora em maio. O Gustavo nasceu em 52, tem 46 para 47.

V. A. – Algum deles foi para a CSN?

P. R. – Não, não. São corretores de seguros. [Trecho inaudível] ... só que o Márcio morreu com 22 anos, pescaria de mergulho. Foi um abalo tremendo. Eu acho que pode dar uma pausa para a gente ver, rememorar algumas coisas.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V. A. – A impressão que eu tenho é que esse IPM não foi muito divulgado dentro da CSN. As pessoas tomaram conhecimento que aconteceu?

P. R. – Eu acho que sim.

V. A. – As pessoas sabiam que estava acontecendo esse IPM?

P. R. – Não sei se sabiam, eu estava até afastado da companhia.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V. A. – [gravado simultaneamente em vídeo] Agora nós estamos filmando, aqui na Funenseg, o dr. Paulo Gomes Ribeiro, hoje é 23 de fevereiro de 1999, no nosso projeto sobre a CSN, os pioneiros da CSN.

I.F. – Nós queríamos que o senhor, em poucas palavras, contasse sua experiência dentro da CSN e o que ela teve de mais importante para o senhor.

P. R. – Olha, eu devo dizer que a CSN, a Siderúrgica, foi a escola da minha vida. A Siderúrgica criou a minha formação profissional toda. Tudo o que eu faço na minha vida é com base na experiência que tive na Siderúrgica. Trabalhei naquela empresa durante 25 anos com o maior interesse e amor por ela. Eu acho que a Siderúrgica — e não é por mim, não, mas por todos aqueles que foram da fundação da companhia, de 42 em diante —, a Siderúrgica teve o sucesso que teve porque foram esses pioneiros que fizeram a companhia. E eu tenho orgulho em dizer que fui um deles. Tenho orgulho e digo isso até com vaidade. A Siderúrgica Nacional foi uma escola para mim. Foi ela que formou toda a minha personalidade profissional. Eu tenho grata lembrança e chego até a me emocionar quando falo da minha vida na Siderúrgica Nacional. Foram 25 anos da minha vida toda.

Eu só tive duas atividades na vida: a Siderúrgica e, depois, o seguro, que começou dentro da própria Siderúrgica. Foi lá dentro. Até não querendo ir, até contra a minha vontade, eu fui obrigado a chefiar o setor de seguros da companhia. E a minha vida hoje é seguros. Hoje estou na Fundação Escola Nacional de Seguros como assessor técnico, fui professor aqui por oito anos, de legislação e organização profissional, e gozo do maior — estou certo — prestígio e conceito no mercado. Devo isso à Siderúrgica, que me obrigou a chefiar um departamento de que eu não entendia nada e tive que aprender para exercer aquela atividade lá dentro. De maneira que a Siderúrgica foi uma escola para mim. Até hoje, cada atividade que eu desenvolvo na minha vida, eu procuro o exemplo no meu passado na Siderúrgica.

I.F. – Muito obrigada. Nós gostaríamos de agradecer. Foi muito importante esse depoimento para a gente.

V. A. – Muito obrigada, dr. Paulo.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

P. R. – Eu esqueci de dizer, na gravação, que, apesar do acontecimento triste do IPM na minha vida siderúrgica, eu tenho profundo orgulho de ter sido funcionário da companhia.

V. A. – A gente percebe isso, dr. Paulo.

I.F. – Eu gostaria de perguntar se o senhor acha que a CSN antes de 64 foi diferente da CSN depois de 64.

P. R. – Eu não vejo diferença, antes de 64 e depois.

I.F. – A direção, o pessoal que foi para lá, essa interferência dos militares...

P. R. – Não. Eu acho que a interferência dos militares naquela ocasião, apesar de eu ter sido atingido, foi válida. Eu acho que aquilo foi necessário ter sido feito, que o país ia entrar em uma bagunça tremenda com subversão da ordem. Tinha que haver aquilo que houve. E nessas ocasiões tem coisas que são feitas de forma correta e outras de forma inadequada. Nada é perfeito nessa vida. Teve defeitos mas teve suas razões de ser.

V. A. – E sobre a privatização da CSN? O senhor tem uma opinião a respeito dessa privatização?

P. R. – Eu acho que quem privatizou fez um grande negócio. Comprou uma empresa fabulosa que não foi feita por eles, foi feita por nós, os pioneiros de Volta Redonda. Se não fossem aqueles funcionários antigos, dos quais eu sou um deles, com o maior orgulho, e já demonstrei isso a vocês nesta entrevista, se não fosse aquele pessoal, a Siderúrgica não teria sido o que é hoje e não teria sido comprada pelo Steinbruch. E agora é uma mulher que dirige, Maria Sílvia. Olha, vocês estão dirigindo uma empresa extraordinária, fabulosa. Vocês fizeram um ótimo negócio, fabuloso.

Agora, eu tinha histórias para contar, que não foram contadas aqui, da área de seguros, que aconteceram na Companhia Siderúrgica. Por exemplo, a companhia tinha sete navios. Eu também fazia o seguro dos navios, nós fazíamos o seguro dos navios. E os seguros dos navios eram colocados no mercado brasileiro, que retinha uma parcela muito pequena, porque era uma responsabilidade muito grande, e o resto era colocado no exterior. O sistema funciona da seguinte maneira: a seguradora retém o que está dentro de sua capacidade econômica, o excesso disso vai para o IRB ou para a cosseguradora — o IRB distribui em retrocessão para o mercado brasileiro obrigatoriamente aceito e o excedente vai para o exterior.

Esse excedente que ia para o exterior é negociado diretamente pelo IRB com os *brokers* e os [inaudível] de Londres. E a companhia não participava disso, a taxa era dada aqui. Então, eu convenci a direção da companhia de que nós, como sociedade de economia mista, éramos primos irmãos do IRB, que era uma sociedade de economia mista. Não havia razão para esse negócio ser negociado em Londres diretamente pelo IRB. Por que não a própria Siderúrgica? Então, propus que se pleiteasse junto ao IRB que o excedente de mercado fosse negociado diretamente pela Siderúrgica em Londres. Eu levei essa proposta, autorizado pela direção da companhia, e o IRB autorizou, deu a certidão negativa para nós negociarmos diretamente com o mercado de Londres com a taxa que nós íamos discutir. Isso é um detalhe.

Outra coisa: a Siderúrgica foi a pioneira em seguro ao primeiro risco absoluto. Isso é o seguinte: não importa o valor em risco, o valor do bem; importa que o sinistro vai ser pago até a importância segurada.

I.F. – Eu não entendi bem. Sinistro absoluto? Seguro de sinistro absoluto. Não entendi nada.

P. R. – [riso] Como eu vou explicar isso? Um momentinho. Isso quer dizer o seguinte. Em seguro, o risco é proporcional. Quer dizer, a pessoa segura um bem por um determinado valor, que é o que eles acham que vale o bem. Quando ocorre o sinistro, significa qual o valor em risco, quer dizer, qual o valor do bem nessa ocasião do sinistro. Se o valor é superior ao que estava segurado, o segurado é cossegurador da diferença. Ou seja, um exemplo singelo. Eu seguro um bem por cem mil reais. Ele vale cem mil e eu seguro por cem mil. Seis meses depois, há um sinistro. Se apura o valor de risco e ele não vale cem mil, vale duzentos mil. Eu segurei pela metade. Então, se tiver um sinistro de dez mil reais, eu vou receber cinco mil Por quê? Porque eu segurei pela metade. Concorda comigo?

Há quem discorde disso: mas a importância segurada era cem, por que não vai pagar os dez? Eu vou dizer o seguinte: e se houver perda total? Se houver uma perda total, qual é o prejuízo que o segurado vai ter? — se vale duzentos, para reconstruir ele vai receber cem da seguradora e vai ter que tirar cem do bolso dele. Se ele é co-participante na perda total, por que não é co-participante na perda parcial? Isto é o seguro proporcional.

Primeiro risco é o seguinte: não importa valor em risco. Está segurado por cem mil? Teve um sinistro de dez, vai pagar dez; teve um sinistro de 80, vai pagar 80. Não importa o valor do bem.

V. A. – E se for duzentos? Segurou em cem e o sinistro que aconteceu foi de duzentos. Paga duzentos?

P. R. – Não, vai pagar cem porque essa é a importância segurada. Bom, a companhia tinha um seguro ao primeiro risco absoluto. E, independente disso, ela tinha uma tarifação especial, tarifação individual. Tarifação especial é aquela em que os hidrantes, os extintores dão condições de um desconto. A tarifação individual é o segurado ter características especiais que justificam uma tarifação especial para ele.

V. A. – Um desconto?

P. R. – Não é um desconto, é uma tarifação especial abaixo da tabela. Por que ela tinha uma tarifação especial? Porque ela tinha um corpo de bombeiro, ela tinha polícia própria, ela tinha comunicação interna própria, ela tinha condições que um segurado não tinha. Quer dizer, se houvesse um incêndio... Então a companhia tinha uma tarifação especial. Isso evidentemente foi conseguido através do corretor, que era a Ajax. Nós tínhamos essas condições todas: primeiro risco, tarifação individual.

Bem, com relação a navio, houve uma vez em que, num navio da companhia, um capitão, saindo de Imbituba, declarou para o imediato: “Eu vou tirar um fino daquela pedra.” Mas não tirou um fino, ele subiu em cima daquela pedra, a maré baixou e o navio partiu ao meio.

V. A. – Com carvão dentro?

P. R. – Com carvão dentro. Mas não interessa, o prejuízo do navio era maior do que o do carvão. Aí, o consultor jurídico da companhia me chamou imediatamente. “Olha aqui uma coisa. Como o navio partiu, vai haver um inquérito da Capitania dos Portos. E

na Capitania dos Portos, se declarar que o comandante tirou um fino da pedra, isso é uma imprudência que ele cometeu. Isso aí pode prejudicar o seguro?” Eu disse: “Não, não prejudica o seguro, não, porque nós temos cobertura de imprudência, imperícia, negligência e barataria.”

V. A. – O que é barataria?

P. R. – É o ato de caráter criminoso do comandante ou tripulação que resulta em prejuízo ao navio ou carga. Então, nós tínhamos cobertura, sem nenhum acréscimo no prêmio da taxa de seguro, de imprudência, imperícia, negligência e barataria. “De maneira que o senhor deixa...” “A Siderúrgica pode exercer um certo poder junto à Capitania dos Portos porque, se declarar que foi imperícia, ela pode não receber da companhia de seguros.” “Não, pode deixar o curso da Capitania dos Portos correr normalmente porque, qualquer que seja...” O comandante foi considerado como tendo cometido imperícia e a indenização foi paga. Foi paga indenização integral do navio. Isso foi um fato.

Outro foi o seguinte. A laminação é uma estrutura de 1.200 metros de comprimento. É o tamanho da avenida Rio Branco. E tem uma largura maior do que a largura da avenida Rio Branco. Ora, segurar a laminação pelo valor dela seria um absurdo porque era uma construção horizontal. Se fosse uma construção vertical, em termos de incêndio, seria um risco diferente. Quer dizer, se houvesse um incêndio aqui [no início], certamente poderia não atingir lá [no final]. Então, não se segurava a laminação pelo valor que vale a laminação, e sim pelo valor maior de risco que poderia acontecer em determinadas cadeiras de laminação. Isso foi uma coisa que se conseguiu porque era a Siderúrgica. Então, não se segurava a laminação pelo seu valor e sim pelo maior valor, em risco da laminação em determinados setores. Olha que detalhe complicado e técnico de seguro.

Outra. O alto-forno funcionava da seguinte maneira: abria a corrida do gusa, o gusa saía correndo por uma canaleta, e os vagões vinham embaixo, os vagões de cadinho próprio. Aquilo funcionava eletronicamente. Olha que eu trabalhando em seguro tinha que conhecer tudo isso. A composição vinha aqui, parava, abria o forno, vinha a corrida do gusa, enchia o cadinho, automaticamente desligava, a composição vinha outra vez e aí ligava outra vez. Uma hora dessas, enguiçou o negócio, e uma gota do gusa caiu numa poça d’água que tinha no chão.

I.F. – Água com gusa é uma...

P. R. – Foi uma bomba de hidrogênio! Foi uma explosão, emanção de calor, torceu as colunas da aciaria e matou 20 pessoas que estavam ali dentro, todas com estalo, ficaram tostadas por causa do calor. Vinte pessoas!

V. A. – Quando foi isso, o senhor tem idéia?

P. R. – Ah, não sei quando foi.

I.F. – O senhor já estava no seguro.

P. R. – Eu já estava no seguro. O pessoal da equipe do IRB foi para Volta Redonda e eu acompanhei tudo. Agora, não houve incêndio.

I.F. – Houve uma explosão.

P. R. – E daí? O seguro era de incêndio. Mas estava coberto sabem por quê? Porque tinha sido feita uma cobertura de explosão seca, aquela que não é precedida nem seguida de incêndio. Foi paga toda a indenização da usina. Está bom?

I.F. – E quem organizou esses tipos todos de seguro, esses detalhes todos?

P. R. – Foi o departamento de seguros, que eu chefiava, junto com a Ajax Corretora de Seguros que era técnica em seguros.

V. A. – Quando o senhor começou a ser chefe do departamento de seguros?

P. R. – Foi em 55.

V. A. – E o senhor já encontrou a Ajax como a corretora?

P. R. – Já encontrei. Só que eu queria aprender. Então, eu dei um trabalho à Ajax tremendo, porque eu participava de tudo.

V. A. – E essa coisa de segurado individual, cliente individual, foi o senhor que conseguiu?

P. R. – Não, a tarifação individual foi a Ajax que conseguiu. Eu participei disso.

V. A. – E antes, quando o senhor entrou...

P. R. – Já tinha tarifação individual. Eu estou dizendo isso pela importância do seguro...

I.F. – Eu soube que teve que ser muito estudada essa questão de seguros já durante a guerra, porque o transporte dos Estados Unidos para cá e daqui para os Estados Unidos corria altíssimo risco.

P. R. – E os seguros eram feitos lá fora, sabem disso? Depois nós conseguimos acabar com isso e fazer o seguro aqui no Brasil.

I.F. – Tem sempre que ser visto com muito cuidado isso, não?

P. R. – E foi a Ajax que fez isso.

V. A. – A Ajax começou desde o início da companhia?

P. R. – Desde o início, desde 41. Em Volta Redonda mesmo, tinha gente em Volta Redonda. O próprio Celso da Rocha Miranda ia lá.

I.F. – Inclusive dizem que era caríssimo o seguro de transporte por causa da guerra, dobrava o preço.

P. R. – Ah, sim. Na época da guerra, dobrava o preço. Mas tem uma passagem, em transporte, gozada, interessante. O minério de Congonhas, de Lafaiete, vinha em

composições da Companhia Siderúrgica Nacional, vagões da companhia. Vinha de Lafaiete e ia para Volta Redonda, descarregava os vagões em Volta Redonda. E eles faziam o seguinte: botavam uma locomotiva com o maior número de vagões possível para economizar o transporte, para levar minério de ferro. Então, o que acontecia? Acontecia que o seguro de material rodante estava dando um prejuízo tremendo, estava dando sinistros aos montes, porque as composições estavam tombando na estrada, no trajeto de Lafaiete para Volta Redonda. Então, a taxa nossa era 0,5 e o IRB quis passar para 0,8 — 60% de aumento. O IRB quis fazer isso. Nessa ocasião eu não sei se a Ajax estava... — eu acho que não estava, não, não era mais a corretora. Bom, não importa. Era um dinheirão, ia pagar mais 60% de prêmio de seguro. Aquilo me incomodou muito e eu fui em Volta Redonda discutir com o setor de transporte de minério sobre o que estava acontecendo que estava dando muito sinistro. A conclusão foi a seguinte: como a composição era de muitos vagões, a locomotiva andava devagar. E quando chegava nas curvas, como ela ia devagar, o vagão tombava. Se ela estivesse com maior velocidade... tinha que ter uma velocidade maior para aquilo. Então, estava acontecendo isso. E eu pedi a eles o seguinte: “Vocês vão diminuir o número de vagões para não dar tanto sinistro. Não é só receber indenização. Isso é prejuízo para a companhia.” Eles concordaram com isso, em reduzir o número de vagões para, nas curvas, não tombar tanto. Aí eu fui ao IRB dizer que nós íamos fazer isso e que não iam acontecer mais sinistros. “Não, não, não. A taxa é 0,60.” “Então eu vou propor à companhia que não faça seguro.” Fui, voltei para a companhia, falei com o diretor tesoureiro, consegui em Volta Redonda uma reunião que os transportes vão fazer isso. “É melhor a gente bancar esse ônus e empacar o seguro do transporte do minério de Lafaiete para cá.” Toparam. Aí, não foi feito esse seguro e no ano seguinte o IRB concordou com a taxa.

V. A. – Mas houve algum sinistro nesse ano que estava descoberto.

P. R. – Sinistro havia, mas não com aquela quantidade que havia! Tombava uma composição inteira. Tinha que desviar a linha, uma porção de coisas.

[FINAL DE DEPOIMENTO]